









Expediente

Cadernos Marcha Mundial das Mulheres

Publicação Marcha Mundial das Mulheres

Secretária Executiva

Rua: Ministro Costa e Silva, 36 - Pinheiros

05417-080 - São Paulo/SP

Tel/Fax: (11) 3819 - 3976

Correio eletrônico: marchamulheres@sof.org.br

Website: www.sof.org.br/marcha

Twitter: [@marchamulheres](https://twitter.com/marchamulheres)

Facebook.com/[marchamundialdasmulheresbrasil](https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil)

Diagramação:

Jéssika Martins Ribeiro

Ilustração da capa:

Biba Rigo

Julho de 2013



Índice

Apresentação	04
Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres	05
O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!	17
Carta das Mulheres para a Humanidade	23
Plataforma brasileira da ação 2010	28
Elementos para o debate e definição da 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres em 2015	34





Apresentação

Entre os dias 25 e 31 de agosto de 2013, o Brasil sediará pela primeira vez um Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Este será um momento importante para a Marcha porque iremos definir a próxima ação internacional de 2015 e também será iniciada a transição do secretariado internacional da Marcha, que está no Brasil desde 2006. Além das delegadas da Marcha de cerca de 50 países, o Encontro terá a presença de um grande número de militantes da MMM do Brasil e da América Latina, em um espaço de intercâmbio de práticas políticas e experiências de construção de alternativas, de formação e aprofundamento das nossas reflexões sobre temas constitutivos da nossa agenda política.

O mote do Encontro **“Feminismo em marcha para mudar o mundo”** reflete a centralidade do debate, reflexão e propostas para avançar na construção do feminismo da marcha, enraizado nas lutas locais, em aliança com os movimentos sociais que compartilham conosco o objetivo de uma transformação estrutural na sociedade, que seja geradora de igualdade entre homens e mulheres. Este caderno de textos foi organizado para contribuir com a preparação da Marcha do Brasil para o Encontro. Combinamos documentos internacionais da Marcha com análises da Marcha brasileira.

O primeiro texto “Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres” apresenta uma reflexão sobre os avanços e desafios da construção do feminismo anticapitalista. O texto seguinte “O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!” apresenta nosso debate feminista frente a uma das dimensões centrais da luta social hoje: o avanço do capital sobre os territórios e a mercantilização da vida e da natureza. Em seguida, apresentamos a Carta das Mulheres para a Humanidade e a Plataforma brasileira da ação 2010, que são importantes referências na construção da MMM.

Por fim, o documento internacional de contexto com “Elementos para o debate e definição da 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres em 2015”. Este documento atualiza a visão da Marcha sobre a conjuntura e é a referência para o debate político no Encontro Internacional e, em especial, para a definição da nossa próxima ação internacional.



Perspectivas feministas para igualdade e autonomia das mulheres¹

Introdução

Na trajetória do feminismo, há um intenso debate sobre as explicações teóricas para a opressão das mulheres. Esse debate passou por várias compreensões dos conceitos de patriarcado, gênero e divisão sexual do trabalho, no sentido de definir qual deles explica melhor essa relação de opressão e seu caráter. Este texto não retoma todo este debate, mas busca abordar a coextensividade da opressão das mulheres com o capitalismo.

Utilizaremos o termo patriarcado para nos referir a essa dominação. Em nossa trajetória militante na Marcha Mundial das Mulheres, recuperar o termo patriarcado contribuiu para a afirmação de um posicionamento político anti-sistêmico, frente a pasteurização e perda de radicalidade na trajetória e utilização do conceito de gênero. A utilização do termo patriarcado não nos coloca em conflito com o conceito de divisão sexual do trabalho que, tal como Daniele Kergoat (1996), consideramos o que está em jogo na opressão das mulheres, nas relações patriarcais.

Capitalismo e patriarcado um só modelo?

Entendemos que o capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais. Para isso, aprofundou a divisão sexual do trabalho, a partir da definição de uma esfera pública como da produção mercantil e a esfera privada como não-mercantil, da família e da maternidade. Reforçou o público como o espaço da produção, da igualdade, da política e que pertence aos homens; às mulheres cabe o espaço privado da reprodução, da intimidade, do cuidado. Para isso, foi construída a idéia de que há harmonia e complementariedade nas relações entre homens e mulheres. Isso tem como objetivo esconder as relações de conflito e de poder dos homens sobre as mulheres na família e no conjunto da sociedade. Além disso, aos homens foram designadas as atividades de maior valor agregado.

Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalho produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado. Dessa forma, os homens são considerados os provedores e as mulheres reprodutoras, do lar, chamadas comumente de inativas. Ao mesmo tempo em que isso confirma o não reconhecimento dessa enorme quantidade de trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres, esconde que o modelo homem-provedor é na verdade um mito e que nenhuma sociedade pode prescindir do trabalho das mulheres no campo da produção.

Nesse modelo houve uma redução do conceito de trabalho limitado ao que ocorre na esfera mercantil (da produção), sem considerar como trabalho as atividades de reprodução e cuidado da vida humana – portanto, estas são consideradas como uma externalidade do modelo econômico. Essa divisão esconde a dependência masculina do trabalho invisível e não

¹ Texto: Nalu Faria, atualização do texto “Feminismo e transformação social”, publicado em 2012 pela SOF no Caderno Perspectivas Feministas para a igualdade e autonomia das mulheres.



reconhecido das mulheres e é parte das falsas dicotomias criadas pela ideologia patriarcal. Essas falsas dicotomias se constituem como uma caracterização do masculino e do feminino: produção-reprodução, cultura-natureza, objetivo-subjetivo, razão-emoção. São os valores e visão de mundo impostos pelo grupo dominante e, portanto, essas dicotomias não são neutras, mas hierárquicas (C. Carrasco, 2003).

Uma grande parte do trabalho realizado pelas mulheres não é reconhecido, seja no campo ou na cidade. Em uma família em que a mulher não é assalariada, muito mais bens e serviços são produzidos em casa. Quando se coloca que o lugar das mulheres é em casa, não é reconhecido seu direito à autonomia econômica e sua inserção no mercado de trabalho é marcada pela desvalorização e segregação em guetos definidos pela divisão sexual do trabalho. O fato é que a desigualdade das mulheres estrutura o conjunto das relações e práticas sociais e há uma coextensividade entre classe, raça e gênero, na medida em que estas relações se reproduzem e co-produzem mutuamente.

A presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não alterou em nada a responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidados. Para as mulheres a realização deste trabalho se coloca como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal. Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres e sua vivência está marcada pela avaliação das funções maternas e valores associados: a docilidade, compreensão e a sabedoria nos cuidados. Na verdade esse discurso da boa mãe é uma construção ideológica para que as mulheres continuem fazendo o trabalho doméstico.

No campo, essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado (Miriam Nobre, 1996). Dessa forma, historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. Estão incluídas aí a criação de pequenos animais, o cultivo de hortas, entre outras atividades. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado.

Muitas feministas falam de um patriarcado moderno, que recebeu uma contribuição fundamental dos filósofos iluministas, ao construir um discurso misógino de legitimação da desigualdade das mulheres que se estendeu para os campos da medicina, da moral e da política. A desigualdade das mulheres é naturalizada e a subordinação das mulheres aos homens é colocada como parte de uma essência feminina. Esse discurso atribui isso à maternidade e o papel “natural” das mulheres na criação da prole.

Para isso, há uma imposição de um modelo de feminilidade socialmente construído que define como as mulheres devem se comportar e desenvolver sua personalidade e habilidades para que estejam adequadas ao seu “papel social” de mãe e esposa. Ou seja, por detrás da naturalização da opressão das mulheres houve a definição de um modelo de feminilidade considerado adequado ao ser mulher. Evidentemente, neste modelo há cortes de classe e raça/etnia, porém a docilidade, altruísmo, paciência, flexibilidade, disponibilidade permanente para esposos e filhos, são traços comuns. Simultaneamente, há uma exigência de que a mulher seja bela, agradável e, cada vez mais, magra e jovem.





Família e sexualidade

Uma estratégia fundamental para a consagração dessas relações no capitalismo foi o estabelecimento de um novo papel da família nuclear burguesa que se estendeu para o mundo operário como o lugar de supremacia dos homens, ou seja, onde todos os homens são senhores, inclusive os da classe trabalhadora. Um dos elementos estruturadores desse modelo de família foi a imposição da heterossexualidade obrigatória, baseado na dupla moral em que para os homens é incentivado múltiplas relações sexuais diante de uma suposta sexualidade passiva das mulheres. Assim, foi imposto um modelo baseado na heteronormatividade, que normatiza e hierarquiza a sexualidade.

É uma sexualidade androcêntrica (centrada na experiência masculina), que naturaliza as práticas sexuais como se fossem parte de uma essência em que a sexualidade masculina é baseada na virilidade e agressividade descontroladas, enquanto a vivência das mulheres seria dócil e passiva. Esse discurso foi a base para a manutenção de uma moral que justifica e incentiva a prostituição e a aceitação das relações promíscuas para os homens e do castigo para as mulheres. Isso é comum na história dos nossos países: homens com mais de uma família ou com um grande número de filhos “bastardos”, como se costumava definir.

Hoje podemos falar de novas modalidades e práticas sexuais, que convivem com uma alta desresponsabilização masculina frente à paternidade, mas, no que se refere à sexualidade, segue a hegemonia de um padrão em que as mulheres são classificadas como santas ou profanas. As mulheres negras estão associadas ao profano, sexual e brutalmente erotizado, conceitos reforçados pela mídia e grandes corporações que perpetuam ideias sexistas e racistas dos idos do período colonial.

Uma decorrência das relações de poder dos homens sobre as mulheres é a violência sexista, que é um mecanismo de controle em que as mulheres são coisificadas como objetos de posse. Dessa forma, quando não se incorpora a análise do patriarcado a uma visão crítica do capitalismo e como parte de um sistema opressor, não se enxerga a forma particular como a opressão e subordinação das mulheres foi estabelecida nesse modelo.

O feminismo teve uma ação contundente de denúncia dos traços androcêntricos desse modelo e buscou construir novos marcos analíticos para focar e resolver os problemas de outra forma. No entanto essa ainda é uma questão pendente e faz com que, facilmente, nos espaços onde se discutem alternativas, o patriarcado continue invisibilizado, principalmente no que se refere ao trabalho doméstico e de cuidados. Além disso, permanecem as práticas sexistas no interior da classe trabalhadora e nas organizações políticas de esquerda. Essa permanência do machismo e de práticas patriarcais no interior da esquerda contribui para que, no movimento de mulheres, continue existindo uma tensão entre luta feminista e de classes.

O modelo patriarcal e capitalista é racista e colonial

Se o patriarcado, o colonialismo, racismo e as classes sociais são anteriores ao capitalismo, também é indiscutível que a consolidação do capitalismo redefiniu essas relações. É um modelo que se organiza a partir da exploração da mais valia da força de trabalho e incorpora de maneira



estruturante outras hierarquias e formas de opressão. Ou seja, para compreendermos as questões do patriarcado, do racismo necessitamos analisar como o capitalismo redefiniu essas relações práticas sociais.

Aqui nos interessa ver como o patriarcado que é bastante universal se entrelaçou como outras relações de opressão como é o caso de raça, classe e colonialismo. Nesse sentido a experiência da América Latina e Caribe, é bastante elucidadora. Há a falsa ideia de democracia racial, algo que garante privilégios de uma pequena parcela em detrimento da maioria absoluta da população. O racismo é estruturante na sociedade capitalista e patriarcal e, no processo de histórico de construção da nação brasileira, o povo negro sempre esteve às margens da sociedade, colocado no centro de teorias higienistas que ainda prevalecem.

O capitalismo que se tornou hegemônico em nossa sociedade. Aqui em nosso continente, se formou a partir do colonialismo que se utilizou de forma intensa as relações patriarcais e o escravismo que deu as bases para o racismo. Isso significou enquanto modelo capitalista redefinir as representações binárias sobre as mulheres e a feminilidade bastante marcadas pelos valores ocidentais cristãos e as figuras de Eva e Maria como os dois pólos. Evidentemente entre dois pólos há um leque de diversidade e matizes, principalmente no cruzamento com outras formas de opressão como de classe, do racismo e da sexualidade.

As representações são parte de um discurso que busca legitimar uma opressão e não necessariamente reflete a realidade das mulheres e muito menos de todas e que se transformam em mitos. Por exemplo, a ideia da fragilidade feminina e da proteção masculina. A que experiências reais se está referindo? Na verdade o capitalismo estabeleceu que a existência de um modelo de feminilidade adequado que define o ideal de mulheres. Isso vinculado a um modelo de família e sexualidade, funcionais a organização da divisão sexual do trabalho no marco da divisão entre produção e reprodução, estruturada pelo trabalho doméstico e de cuidados na família, e pela separação e hierarquização de trabalho de homens e trabalho de mulheres. Mas essa definição de um modelo adequado de feminilidade continua dizendo respeito a um pólo, onde tudo que está fora é considerado anormal e estigmatizado. Assim é em relação a feminilidade, a sexualidade e a família.

O modelo não abarca e nem é para abarcar, mas hierarquiza e normatiza. Voltando a proteção e fragilidade: de quem? quando? No início do capitalismo quando as mulheres pobres da cidade foram incorporadas massivamente na fábricas, as do campo continuavam nas lavouras? As mulheres burguesas não tinham direitos sobre seus bens, totalmente dependentes dos maridos como seu amo e senhor, ameaçadas pela violência e sem direito legal a nada. As mulheres negras já trabalhavam de “ganho” para sustentar suas famílias e ainda hoje são maioria nas atividades informais e sem garantias sociais.

E só podemos compreender o que realmente ocorreu com essas mudanças no capitalismo, em nível mundial, se incorporamos a dimensão de raça e do colonialismo. Isso é estruturante nas representações do ser mulher, como adequadas ou “desviadas” em nossa história e para reforçar as hierarquias e divisões entre as mulheres. A medida em que se avança no reconhecimento de alguns direitos para as mulheres nos marcos desse modelo hegemônico essas hierarquias se aprofundaram.



O resultado é que em nossa sociedade o racismo é estruturante do conjunto das relações e organiza lugar social das mulheres negras, sendo estas as que estão em maior número cumprindo tarefas do cuidado e expostas à precarização de suas condições de vida e trabalho. O patriarcado racista e escravagista organiza uma hierarquia e desigualdade também entre os homens brancos e negros, mas isso não significa que a vivência do racismo torna os homens negros igualitários com as mulheres negras. As relações patriarcais vividas pelas mulheres negras não são apenas exercidas pelos homens brancos e da classe dominante, mas sua opressão as coloca na base da pirâmide social e a materialidade da exploração recai sobre seus corpos e vidas.

Os paradoxos da globalização neoliberal

É inegável que, a partir das lutas feministas, houve uma ampliação da identidade feminina para além da maternidade. Além disso, são parte das transformações das últimas décadas a incorporação das mulheres de forma mais diversificada no mercado de trabalho, a ampliação do divórcio e mudanças nos padrões de sexualidade em vários países, o reconhecimento como direitos de questões antes consideradas do mundo privado, como a questão da violência sexista e a legalização do aborto em muitos países. Mas os dados em relação à situação das mulheres trazem elementos complexos, seja em relação à pobreza e ao desemprego, ao tráfico e prostituição, à responsabilidade individual de manter suas famílias, assim como o aumento da contaminação pelo HIV, entre outros.

Tal como ocorreu nas fábricas no fim do século XIX, no neoliberalismo as mulheres foram incorporadas massivamente aos setores da produção e de serviços com pior remuneração e que estiveram marcados pela terceirização e pela precarização. Por outro lado, um pequeno contingente de mulheres com alta escolarização foi incorporado em funções super-especializadas e executivas. Assim, essas mulheres passaram a ter, diretamente, interesses opostos aos daquelas que estão nos trabalhos precários, mal remunerados e em tempo parcial.

Entre os retrocessos trazidos pelo neoliberalismo, está a expansão da mercantilização do corpo e da vida das mulheres, que também é marcada pela dimensão de classe e raça. No mundo inteiro, foi sobre os ombros das mulheres que recaiu uma enorme sobrecarga de trabalho, com a diminuição das políticas sociais. Faz parte desse processo o que muitas estudiosas chamam de globalização dos serviços de cuidados, que se refere ao grande contingente de mulheres que migram dos países do Sul para o Norte para trabalhar como empregadas domésticas e cuidadoras em geral.

Outro lado da mercantilização é a imposição de um padrão de beleza como norma a ser cumprida obrigatoriamente e que, supostamente, pode ser comprada no mercado. São vendidos centenas de produtos e tecnologias que prometem a eterna juventude e o corpo perfeito, ou seja, magro. Essa perspectiva de beleza está vinculada ao que pode ser consumido. Ao lado da indústria de cosméticos e da beleza, outro setor que aufer grandes lucros com o mal estar das mulheres é a indústria de medicamentos. Esta também vende ilusões de bem-estar e felicidade enquanto invade o corpo das mulheres e nega sua autonomia.

Essa exigência, assim como várias outras mudanças sob o neoliberalismo, se ancorou na modernização tecnológica e na profunda mercantilização dos processos da vida. O discurso é que





as mulheres podem comprar esse padrão de feminilidade usando toda uma parafernália, que vai de cosméticos e ginástica a tratamentos estéticos, botox, cirurgias plásticas. Tudo isso, recentemente, prometido com mais eficiência com a utilização da nanotecnologia.

Com essa intensificação da mercantilização, houve um forte incremento do tráfico de mulheres e da prostituição, como parte da indústria do lazer e entretenimento. Nesse debate, muitas vezes a busca por liberdade e autonomia das mulheres é utilizada como justificativa. Assim, retiram de cena a máfia que movimenta bilhões de dólares à custa da exploração forçada das mulheres. Na atualidade, tem sido mais exposta a tensão que as mulheres vivem com a presença simultânea nas esferas da produção e reprodução. A migração das mulheres dos países do Sul para o Norte tem um componente de solução para essa tensão, uma vez que boa parte das migrantes vai trabalhar na casa de executivas europeias ou norte-americanas, realizando parte do trabalho doméstico e de cuidados.

A outra ponta da estratégia do mercado tem a ver com a tentativa das empresas transnacionais de controlar a terra, o território e a biodiversidade. Esta estratégia se encontra, mais uma vez, com as mulheres, que historicamente têm um papel ativo na agricultura, na seleção e preservação das sementes, no conhecimento das plantas medicinais, na defesa da biodiversidade. Mas é inegável que profundas transformações ocorreram não só com as mulheres escolarizadas, mas também com as mulheres das camadas mais pobres. Essas mudanças estão vinculadas às suas práticas concretas, embora estejam marcadas por uma extrema complexidade. São exemplos a desresponsabilização dos homens pela paternidade e o aumento das mulheres que arcam sozinhas com o sustento dos filhos, a gravidez na adolescência, a violência urbana e envolvimento dos filhos com o tráfico.

O feminismo teve um papel fundamental para questionar as relações de opressão e anunciar novas possibilidades para as mulheres. Ou seja, é uma radicalização da proposta de autonomia, liberdade, auto-determinação, emancipação humana. Ao longo do século XX as mulheres conquistaram vários direitos como fruto de sua luta organizada em várias partes do mundo, embora isso tenha se dado de forma extremamente desigual.

Por parte de setores dominantes, em nossa sociedade gestou-se um discurso de que o feminismo não tem mais sentido. Junto com isso surgiu também uma revalorização da feminilidade com o argumento de que as mulheres já não precisavam mais ser feministas. No movimento feminista houve, nos anos 1990, um forte processo de institucionalização em nossa região e, em alguns países e setores do feminismo, houve o reforço de uma posição pós-moderna que contribuiu para um questionamento da ideia de que é necessário um movimento articulado em torno da luta pela igualdade das mulheres. Isso se deu a partir de um debate em torno da diversidade e de múltiplas identidades, junto com um questionamento da visão política que se orienta para a construção de sujeitos coletivos.

Na América Latina e Caribe, foi no bojo da resistência contra o neoliberalismo que retomamos um discurso de crítica global ao capitalismo e ao patriarcado e também à forma como estes se reforçam e se retroalimentam. Nesse processo, discutimos o significado da economia capitalista e da relação de dominação imperialista que suas transnacionais estabelecem conosco. Mas debatemos também a mercantilização do corpo das mulheres, o incremento do turismo sexual e o lugar



de nossos países em uma divisão sexual e internacional do trabalho que tem reservado a muitas de nossas mulheres o trabalho nas maquiagens e na prostituição controlada por máfias e conglomerados de empresas de turismo.

Questionamos os motivos que fazem com que, ao lado de uma aparente permissividade no campo da sexualidade, com o incremento do mercado da prostituição e da pornografia, esteja o aumento do conservadorismo e o ataque ao direito das mulheres de controlarem seus corpos. Falamos sobre as novas formas de controle sobre o corpo das mulheres com a imposição de padrões de beleza estritos. Em nossa região, isto tem significado uma verdadeira febre das cirurgias plásticas, do silicone e do incremento no uso de hormônios sintéticos. Estes hormônios são produzidos pelas mesmas “indústrias da vida” que produzem agrotóxicos e sementes transgênicas.

Esse debate se deu ancorado em uma forte organização das mulheres do campo e da cidade que constituiu a recomposição de um campo de esquerda no movimento e atualizou uma ação anticapitalista e antipatriarcal em nossa região.

A luta feminista e seus desafios

Em todas as experiências de lutas e resistência dos povos oprimidos, encontramos a presença das mulheres, embora, na maior parte da história, as representações predominantes apresentem as mulheres dentro de casa e sem nenhuma participação pública. No caso da América Latina, aqui e acolá, aparece a figura de mulheres excepcionais. E quase sempre o relato é que participaram das lutas a partir da relação com um marido ou amante. Na verdade, com frequência se oculta o fato de que, desde as lutas abolicionistas e anti-coloniais, as mulheres indígenas e negras lutaram ombro a ombro com os homens.

A organização de um movimento de mulheres e do feminismo como corrente teórica e prática marcou uma mudança nesse processo. Além de afirmar as mulheres como sujeitos políticos permitiu recuperar partes da história sistematicamente ocultadas para invisibilizar a presença e contribuição das mulheres. Também foi fundamental para mostrar que o debate sobre a igualdade entre os sexos é muito mais antigo que se imaginava. Como afirma Alicia Puleo (2004), “o estudo do discurso filosófico nos mostra que muitas vezes – ou quase sempre -, quando há um discurso profundamente misógino é porque paralelamente existe um discurso feminista, nessa mesma época”.

A situação atual mostra que as vitórias não serão consolidadas enquanto não se mudar estruturalmente o modelo. As atuais resistências organizadas pelas mulheres e o dinamismo de um setor do movimento de mulheres cada vez mais conectam essas várias dimensões. Ou seja, a luta das mulheres não é apenas uma agenda específica a ser agregada a uma agenda macro. É uma luta de transformação integral da sociedade e se entende por isso que não se mudará a vida das mulheres enquanto a vida de todas não for transformada. A utopia que define nosso projeto é a superação da sociedade capitalista e machista e a construção de uma sociedade socialista que rompa com todas as formas de exploração, opressão e discriminação em todos nossos povos.





Do ponto de vista dos desafios atuais, continua a necessidade de uma politização que afirma que o centro do movimento de mulheres é a luta contra a opressão feminina e afirmação do feminismo socialista como a possibilidade de transformar a vida das mulheres. Isso passa por enfrentar a banalização paulatina do conceito de gênero e a redução desta agenda ao tema dos direitos das mulheres como direitos humanos. Ou seja, é necessário atuar para a transformação do conjunto das atuais relações sociais, incluindo as relações sociais de sexo. Portanto, são necessárias mudanças no modelo como um todo.

A tarefa que se coloca é a construção de uma visão crítica em toda a sociedade sobre a opressão das mulheres. Hoje esta parece uma tarefa difícil, pois predomina a idéia de que não há mais opressão. Existe um discurso modernizante de que a vida das mulheres mudou muito e que, em parte, foram assimilados aspectos do discurso feminista. Há um discurso de positividade do feminino, que estrutura o retrocesso no padrão de feminilidade, o qual define que tudo o que as mulheres são no mundo tem a ver com a maternidade. O que ocorre é que há um reforço contínuo da ideologia de que todas as mulheres devem ser mães e que é essa experiência que define seu lugar no mundo, inclusive como profissional ou política. Na verdade, este discurso afirma que as mulheres se inserem no mundo a partir das qualidades, virtudes e capacidades definidas como parte de sua natureza porque são mães.

É recorrente a dificuldade de perceber que há uma base material da desigualdade expressa na divisão sexual do trabalho. Dessa forma, há uma tendência de tratá-la apenas como um problema de uma cultura patriarcal arraigada ou como uma questão ideológica. Um ponto fundamental de nossa compreensão é de que não haverá igualdade se pensarmos mudanças apenas na chamada esfera pública e do trabalho produtivo. Ou seja, se as mulheres continuarem arcando sozinhas com o trabalho doméstico, de cuidados e com os afetos, se a casa continuar sendo considerada naturalmente o espaço de supremacia masculina.

Essa questão, por sua vez, está vinculada à ruptura com uma divisão sexual do trabalho e do poder nos espaços públicos. Não basta apenas o avanço da participação das mulheres nesses espaços como se a cada vez que ocupamos um espaço masculino tenhamos avançado. Isto porque, a cada avanço das mulheres, vivenciamos uma forte reação machista e conservadora.

Portanto, estão colocados desafios teóricos, políticos e organizativos, que exigem posicionar o debate a partir da compreensão de que há uma opressão das mulheres. Neste sentido, continuamos fortalecendo a afirmação política de um projeto feminista e socialista que questiona as bases da sociedade capitalista e patriarcal. Isso exige um movimento enraizado, com capacidade de grandes mobilizações, campanhas próprias e que também seja parte da construção de uma luta articulada na América Latina.

Um avanço no feminismo é a separação cada vez menor entre o que é reivindicação das mulheres e as chamadas lutas gerais, dando lugar à compreensão de que, para mudar a vida das mulheres temos que mudar o mundo e, portanto, todas as lutas por mudanças são das mulheres. Mas o principal ganho é que, nesse processo, se afirma cada vez mais o direito de autonomia e soberania para as mulheres, e que a igualdade tem que ser parte constitutiva de todos os processos de transformação.





Um feminismo militante e anticapitalista

Nossa atuação tem buscado ampliar temas e contribuições feministas na perspectiva de construção de novas relações sociais e de um modelo de desenvolvimento em que se supere a divisão sexual do trabalho e se estabeleça um novo modelo de produção e consumo, em um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana.

A partir de um trabalho de formação, elaboração e articulação política, temos buscado contribuir para o fortalecimento da autonomia das mulheres e de sua presença como um sujeito político organizado em um processo mais amplo de lutas e resistências, orientadas para a construção de uma nova dinâmica de relações sociais e pela projeção de um novo modelo de sociedade.

Marcha Mundial das Mulheres um movimento incontornável

A Marcha Mundial das Mulheres representa um marco na recomposição do campo anticapitalista do feminismo, como parte da superação dos retrocessos do movimento, em particular nos anos 1990. Nesse período, prevaleceu a hegemonia de uma profunda institucionalização e uma agenda centrada nos aspectos normativos. Assim, frente à globalização neoliberal, não houve uma visão crítica global que integrasse as dimensões econômica, política e social.

A origem da MMM está vinculada à necessidade de construir um amplo processo de luta a partir dos setores populares em resposta à ofensiva capitalista a partir da globalização neoliberal e do reforço do machismo. É parte de uma alternativa à globalização e institucionalização do movimento feminista vinculado à agenda das Nações Unidas e criou a proposta de construção de uma transnacionalização das lutas ancorada no trabalho de base em conexão com ações nacionais e internacionais.

Do ponto de vista da análise política, a MMM iniciou questionando globalmente o modelo vigente, retomou a relação com o debate de classe e consolidou, mais que uma crítica à globalização neoliberal, uma crítica anticapitalista, ao mesmo tempo em que faz a análise da imbricação entre capitalismo e patriarcado.

Outro elemento fundamental foi ter recolocado o conceito de patriarcado em um contexto em que o movimento estava sob a hegemonia da banalização do conceito de gênero, em meio a um processo de institucionalização e de perda de radicalidade. Isso contribuiu para colocar ênfase na dimensão da opressão das mulheres. Não houve uma retomada do antigo debate entre marxismo e feminismo – capitalismo e patriarcado como um ou dois sistemas, mas se enfatizou a inter-relação entre eles. Ambos estão construídos com base na desigualdade e se reforçam mutuamente. Há o reconhecimento de que o capitalismo incorporou a dominação patriarcal como estruturante de seu modelo econômico e de suas práticas, a partir da transversalidade da desigualdade de gênero com base na divisão sexual do trabalho, no controle sobre o corpo das mulheres, na imposição da família patriarcal e da heteronormatividade da sexualidade como modelos.



Baseada nessa visão, a MMM coloca como central a necessidade de mudanças globais no modelo que se expressa no lema: mudar o mundo para mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, na compreensão de que a igualdade ou será para todas as mulheres ou não será. Ou seja, a visão de que nos marcos do capitalismo até pode haver avanços em alguns direitos e alterar a posição de algumas poucas mulheres, mas não para todas. É exemplar a análise de Danièle Ker-goat sobre a dualidade entre as mulheres sob o neoliberalismo. Ela analisa que, pela primeira vez na história, algumas mulheres têm acesso ao capital por si mesmas e não por sua relação familiar, tendo como consequência possíveis conflitos de interesses entre mulheres como gênero.

Na Marcha, o reconhecimento da diversidade e diferenças entre nós busca evitar que as lutas das mulheres e a desigualdade de gênero sejam tratadas apenas como uma questão de identidade. Reconhecemos a diversidade das mulheres e buscamos construir ações comuns que possam combater globalmente a ordem atual de dominação e opressão, em um claro projeto político de mudança. Aprendemos, a partir da experiência cotidiana, a envolver um grande número de mulheres que chegam com suas histórias de vida e militância, demos conta de promover uma interação e aprendizagem mútua e, a partir disso, construir novas sínteses e novos pontos de partida na busca de uma utopia conjunta, no que queremos vir a ser.

Nossa ação se baseia na crença na capacidade das mulheres como sujeitos políticos. É a partir de um forte movimento de base popular do campo e da cidade que poderemos construir uma prática feminista que contamine e impulse alianças com outros setores envolvidos na luta por mudanças. É a partir de ações coletivas que nós mulheres teremos vigor para revolucionar a sociedade e construir novas relações sociais e a superação de todos os mecanismos de manutenção da opressão. Para a MMM, a construção de uma força própria das mulheres é fundamental inclusive para a articulação das alianças necessárias com outros movimentos e organizações.

A utopia do feminismo anticapitalista aponta para um questionamento global do modelo atual e para a construção de novas relações e novas subjetividades. Nossos acúmulos na prática cotidiana das mulheres apontam vários elementos desse novo vir-a-ser: reconhecimento e valorização das relações afetivas, o bem-estar, o cuidado, a transcendência. Isso é fruto de uma prática concreta que busca superar as dicotomias binárias, como a oposição entre razão e emoção, objetivo-subjetivo, público-privado. Um aporte fundamental do feminismo é a exigência de uma prática fundada na coerência entre vida privada e pública. Não se pode aceitar de maneira acrítica a existência de contradições entre o que defendemos na esfera pública e nossa vida pessoal, nosso cotidiano.

Nesse sentido, faz parte da estratégia da Marcha ações com muita criatividade que partem da experiência concreta e do conhecimento das mulheres. É fundamental a utilização de outras formas de expressão, para além da linguagem verbal. A combinação das práticas de educação popular e as dos grupos de reflexão feminista são a base para o trabalho da MMM, que é parte da contribuição do feminismo à construção de práticas emancipatórias, à conscientização da opressão e de como esta se concretiza no corpo, na identidade, na autopercepção. Assim como atuamos para o reconhecimento do valor de cada uma, inclusive como base para o amor próprio e a autonomia pessoal.



Entre os elementos de acúmulo em relação à construção de paradigmas emancipatórios podemos destacar que nos últimos 10 anos avançamos em relação ao desafio de reconstrução do pensamento crítico e de práticas centradas na construção de alternativas. Na MMM foi estratégico construir ações e um discurso crítico à mercantilização e à profunda extensão da sociedade de mercado na globalização. Isso contribuiu para afirmar uma visão crítica e desconstruir ambigüidades anteriores no que se refere a uma aparente democratização e avanço na normalização direitos. Em vários setores do movimento de Mulheres, foi tratado como um paradoxo que, enquanto se avançava na formalização de direitos, tenha havido retrocesso nas condições econômicas e outras conquistas anteriores, como políticas sociais.

Nossa intervenção trouxe a reflexão sobre como o mercado havia organizado a vida das mulheres. Essa crítica à mercantilização dos corpos e da vida das mulheres possibilitou a reflexão sobre as conexões entre globalização, empresas transnacionais e o controle sobre o trabalho, os corpos e os territórios. Por exemplo, pudemos ver que as mesmas transnacionais que atuam nas tecnologias baseadas no controle do corpo e da reprodução também atuam na produção de sementes transgênicas. Da mesma forma, há a conexão entre incremento da militarização e controle dos territórios e bens naturais e a violência contra as mulheres e sua utilização como despojos de guerra.

Nessa trajetória, a solidariedade como valor e como prática é central. Os mecanismos de opressão seguem vigentes em todas as sociedades, mesmo que haja diferenças culturais, econômicas e sociais, e alguns direitos conquistados, em alguns países mais que em outros. Mas os mecanismos de desigualdade e hierarquização continuam sendo a base constitutiva da sociedade. Por isso, não só a globalização de nossas lutas, mas também a construção de uma força mundial, com ações enraizadas em cada local, poderão ser capazes de garantir um processo emancipatório irreversível. Isso se traduz em cada grupo da Marcha, que se tornam mais fortes ao saber que mulheres estão na mesma luta em muitos países.

Na Marcha, temos dois princípios em relação a nossa organização: nossa auto-organização em um movimento autônomo de mulheres que fazem parte de coletivos de mulheres e movimentos mistos; e a construção de alianças com outros movimentos sociais. Queremos construir um projeto comum em que nós aprendamos com outras lutas e ampliemos nossa agenda, mas que também imprima a marca feminista para que a luta antipatriarcal seja de todas e todos.

Referências bibliográficas

CARRASCO, Cristina. Introducción: hacia una economía feminista. In CARRASCO, C (ed). *Mujeres y Economía*. Icaria Editorial, 1999.

_____. *Economía Feminista: una apuesta por otra Economía*. In: VARA, Maria Jesus (coord). *Estudios sobre género y economía*. Ec Akal, Madrid. 2006.

_____. *A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?* In: *A Produção do Viver*. NOBRE, M e FARIA, N (org).Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista. São Paulo. 2003.



FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. O que é ser mulher e o que é ser homem? In: *Gênero e Desigualdade. Cadernos Sempreviva*. Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista. São Paulo. 1997.

FARIA, Nalu. Sexualidade e Gênero: uma abordagem feminista. In *Gênero e Sexualidade. Cadernos Sempreviva*. Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista. São Paulo. 1998.

_____. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009, p.11-29.

FREITAS, Taís Viudes. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; FREITAS, Taís Viudes. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007, p. 9-66.

_____. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In: SILVEIRA, Maria Lucia e TITO, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidado: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008, p.27-53.

HIRATA, Helena. Trabalho Doméstico: uma servidão “voluntária”. In GODINHO, T. e SILVEIRA M. L. (org). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. 2004.

_____. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003, p. 15-30.

KEORGAT, Daniele. Relações sociais de sexo e divisão sexual do Trabalho, In: LOPES, Marta Julia et al. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILIO, Marli et al. *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

LOBO, Elisabeth. Os Usos do Gênero. In: *A classe operária tem dois sexos*. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1991.

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES. Una década de lucha internacional feminista. Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista. São Paulo. 2008.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. *Gênero e trabalho rural 1993/2006*. Rio de Janeiro, 2007.

NOBRE, Miriam. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs.). *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: Cadernos Sempreviva. Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista, 1998.

_____. Introdução a Economia Feminista. In NOBRE, Miriam e FARIA, Nalu (org). *Economia Feminista. Cadernos Sempreviva*. SOF. São Paulo, 2002.

PULEO, Alicia. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. In: GODINHO, T. e Silveira M. L. (org). *Políticas Públicas e Igualdade de gênero*. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. 2004.



O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!

Este texto foi publicado no material da Marcha Mundial das Mulheres na Cúpula dos Povos por justiça social e ambiental: contra a mercantilização da vida, em defesa dos bens comuns, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012.

A Cúpula dos Povos acontece de forma simultânea à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada de Rio+20 por acontecer 20 anos após a Eco 92. O que está em disputa é a saída para a crise ambiental, que é também a crise do capital. Na conferência oficial, está em pauta a chamada economia verde e uma nova institucionalidade para organizar as ações da ONU sobre meio ambiente. Neste processo, há uma captura corporativa, ou seja: as empresas transnacionais e instituições financeiras atuam para ter peso, como setor privado, em todas as propostas da economia verde.

A Cúpula dos Povos denuncia as falsas soluções e a mercantilização da vida, apresenta as soluções e novos paradigmas construídos pelos povos e articula agendas de luta anticapitalistas que vão além deste evento.

Mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento!

A sociedade capitalista e patriarcal se estrutura em uma divisão sexual do trabalho que separa o trabalho dos homens e o das mulheres e define que o trabalho dos homens vale mais que o das mulheres. O trabalho dos homens é associado ao produtivo (o que se vende no mercado) e o trabalho das mulheres ao reprodutivo (a produção dos seres humanos e suas relações).

As representações do que é masculino e feminino são duais e hierárquicas, assim como a associação entre homens e cultura, e mulheres e natureza. Na Marcha Mundial das Mulheres lutamos para superar a divisão sexual do trabalho e, ao mesmo tempo, pelo reconhecimento de que o trabalho reprodutivo está na base da sustentabilidade da vida humana e das relações entre as pessoas na família e na sociedade.

Pro feminismo, o capitalismo não tem eco!

Na Eco-92, no mundo inteiro aumentava a consciência sobre a importância de preservar e proteger a natureza. Mas os governos daquele momento, hegemônicos pelo pensamento neoliberal, utilizaram a questão da sustentabilidade para legitimar a continuidade de uma economia baseada no livre mercado e no poder das grandes transnacionais, inclusive aumentando seu poder sobre os Estados nacionais.



Hoje, 20 anos depois, frente a crise econômica que afetou mais os países industrializados, há uma nova investida do capital, ampliando suas fronteiras e aprofundando a lógica do mercado de lucro e concentração da riqueza. As dimensões alimentar, energética e climática são expressões da mesma crise sistêmica que se manifesta na economia.

Mas esta crise é também uma crise dos cuidados, dimensão invisível nos debates públicos sobre o tema. Nos países que foram alvos das políticas de ajuste estrutural e do neoliberalismo nos anos 1980 e 1990, a sobrecarga de trabalho não remunerado das mulheres garantiu a sustentabilidade da vida sem que o Estado nem os homens assumissem sua responsabilidade com a reprodução social. Cada vez mais, nos países industrializados, o envelhecimento da população e o desmantelamento dos Estados de Bem Estar gera uma grande demanda pelo trabalho de cuidados que é suprida em parte pelo trabalho precário de mulheres imigrantes. Nós, mulheres, não pagaremos por essa crise!

Não à mercantilização da vida e da natureza!

As desigualdades históricas entre os países do norte e do sul estão em jogo neste processo. As grandes florestas estão no sul do planeta, bem como outros bens comuns e grande parte da biodiversidade. O capital nacional e transnacional tenta se apropriar delas de todas as maneiras, expulsando populações originárias inclusive.

Resistimos hoje à ocupação das terras aonde vivemos e produzimos ou que estão na mira de grandes empresas mineiras, grandes construtoras ou do agronegócio por meio da expansão dos monocultivos de soja, eucalipto ou cana. Nos expulsam pela violência direta dos pistoleiros ou da polícia, muitas vezes com violência sexual, ou pela impossibilidade de viver aí pela contaminação do solo, da água ou por nos negar o acesso a saúde ou educação. Em todo mundo ocorre esta apropriação dos territórios ao mesmo tempo em que as grandes empresas tentam se apropriar de nossa vida, de nosso código genético, nossas culturas e nosso conhecimento.

A biodiversidade se torna propriedade de grandes empresas a partir das biopirataria, da propriedade intelectual e das patentes. A água é mercantilizada na venda em garrafas, na privatização dos serviços de distribuição e saneamento ou no uso intensivo por algumas indústrias e cultivos. Os grandes lucros da especulação imobiliária passam por cima do direito à habitação e se torna pior em megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. E o corpo das mulheres é cada vez mais mercadoria na indústria do lazer e da prostituição, que cresce junto com a expansão deste modelo de desenvolvimento.

As respostas da economia verde: falsas soluções

A Rio +20 outra vez vem colocar para os povos o debate sobre a relação com a natureza, com o discurso de buscar soluções para a crise climática. E para isso dizem, de novo, ter uma solução mágica chamada economia verde. Em que consiste?

1- A economia verde segue a lógica da mercantilização, em uma visão capitalista de que para a economia só tem valor o que pode ser comprado e vendido no mercado e, por isso, tem





um preço. Ela é baseada em mecanismos de mercado que giram em torno desta ideia de que as empresas tem um papel importante na gestão da preservação ambiental. Assim, colocar preço na natureza é uma forma de colocar a natureza no circuito empresarial, que sob a ideia enganosa de responsabilidade social e ambiental, tem mais legitimidade para seguir destruindo o planeta e as relações humanas.

Através de uma proposta chamada TEEB (A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade), apresentam fórmulas para colocar preço na água, na paisagem, na biodiversidade. Colocar preço na natureza é permitir sua venda e privatização, em um processo que tira o direito dos povos sobre os territórios.

São propostas que permitem que quem sempre se desenvolveu poluindo possa continuar poluindo se pagar por algum tipo de preservação em outra parte do mundo. Essa é a lógica do mercado de créditos de carbono e da financeirização da biodiversidade, que é transformada em ativos ambientais, negociados em bolsas de valores, como a Bolsa Verde do Rio.

2- A economia verde mantém a exploração do trabalho das mulheres como um recurso inesgotável, justamente porque não considera as atividades das mulheres no cuidado das pessoas e da natureza como trabalho. Associa este cuidado ao papel de mães, como se este fosse o destino de todas as mulheres. No documento oficial da ONU, existe uma afirmação de que as mulheres desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento sustentável. Mas isso tem como consequência a utilização do trabalho das mulheres na implementação das políticas da economia verde. Isso não é um avanço, e sim a refuncionalização do papel das mulheres como cuidadoras. São falsas soluções para o planeta, e falsas soluções para o machismo, porque mantém as mulheres em uma relação de desigualdade e com a sobrecarga de trabalho com a sustentabilidade da vida.

3- A economia verde não questiona a lógica do crescimento ilimitado, perseguido pelo atual modelo de desenvolvimento. Apresenta propostas de eficiência energética e o desenvolvimento de novas tecnologias que permitiriam continuar a lógica capitalista de crescimento ilimitado. Energia nuclear, transgênicos, nanotecnologia e geoengenharia são apresentadas como soluções tecnológicas para os chamados limites da natureza. Mas o limite está colocado pelo modelo capitalista. Assim, mais uma vez, o mercado apresenta falsas soluções, como as novas tecnologias programadas e controladas pelas empresas, avançando o controle sobre o conhecimento e a vida.

O mesmo acontece com os agrocombustíveis e propostas de alternativas para a energia fóssil, uma das grandes responsáveis pelo aquecimento global. São apresentadas como energia limpa, por serem feitas a partir da produção agrícola. Mas é preciso questionar que a produção de agrocombustíveis compete com a produção de alimentos da agricultura camponesa. Além disso, essas são alternativas que continuam baseadas num modelo de consumo insustentável. Questionamos, portanto, quem controla e para qual modelo está direcionada esta energia alternativa produzida.

Feministas contra o capitalismo verde!

Nossa visão sobre a questão ecológica considera que a destruição da natureza é parte da forma como o capitalismo se organiza na busca incessante de lucros. Por isso, a solução não passa





por uma boa gestão de recursos, mas sim pela construção de um outro modelo em que a relação humanidade e natureza tenha um sentido de unidade e continuidade. Formamos um todo e só em harmonia poderemos seguir mantendo as bases da vida para a humanidade e para a natureza.

A luta para mudar o mundo e mudar a vida das mulheres se dá como parte de um só movimento. Não basta identificar que os impactos deste sistema são piores para as mulheres. Partimos de uma análise de que o capitalismo faz uso de estruturas patriarcais no seu atual processo de acumulação. Por isso, não acreditamos em uma atuação que busca diminuir impactos negativos, mas sim organizamos uma luta para transformar as estruturas que organizam as relações de desigualdade e poder, combinando a desigualdade de classe, raça e gênero.

1- Resistir a mercantilização da natureza e dos bens comuns: a economia verde não compensa!

Resistimos à utilização da natureza como um recurso a serviço do lucro de empresas, visto como inesgotável ou como mercadorias mais caras à medida que se esgotam, pela má utilização. A experiência que as mulheres vivenciam de invisibilidade e desvalorização de seu trabalho de cuidados das pessoas é muito similar à invisibilidade e desvalorização da natureza. O tempo e a energia das mulheres em cuidar das pessoas, preparar a comida, os cuidados e a disponibilidade para a escuta não são visíveis e são elásticos. As mulheres são as primeiras a se levantar e as últimas a dormir na maioria das famílias.

O tempo e a energia dos processos de regeneração da natureza são ocultados e tratados como impedimentos a serem superados para que a máquina do consumo funcione a todo vapor. As mulheres seguem sendo pressionadas para ajustar lógicas e tempos opostos – o da vida e o do lucro- assumindo as tensões geradas. Seu trabalho é instrumentalizado para amenizar ou ocultar as injustiças promovidas por instituições multilaterais, governos e empresas.

Dizemos Não! às falsas soluções propostas pelo mercado e seus agentes, como os créditos de carbono, os agrocombustíveis, os mecanismos de REDD e a Geoengenharia. Não aceitamos “soluções” que só geram mais negócios e não mudam o modelo de produção, consumo e reprodução social.

Somos mulheres e não mercadorias!

A violência em geral, e contra as mulheres, em particular, é parte da estratégia deste modelo. Quanto mais a sociedade é regida pelos interesses do mercado, mais as mulheres são transformadas em mercadorias. Um exemplo disso é a situação da Costa Rica, que é usada como exemplo a ser seguido pelos negócios verdes. Lá, diversas florestas foram convertidas em áreas de preservação e o deslocamento das comunidades empurrou as mulheres para a prostituição e o turismo sexual, que agrega valor ao turismo ecológico.

Da mesma forma, vemos no território brasileiro um grande aumento da prostituição nos territórios de mineração, da construção de usinas hidrelétricas ou nas obras da Copa do Mundo. Em uma lógica desenvolvimentista que reduz o desenvolvimento ao crescimento ilimitado, o corpo das mulheres amortece os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território.





Por soberania sobre nossos corpos e sexualidade

Repudiamos o controle do corpo e da sexualidade das mulheres que impede nossa autonomia e autodeterminação. Esse controle faz parte da combinação capitalismo, patriarcado e racismo, que se estende para o controle dos territórios. A prostituição é utilizada para “compensar” o desajuste do trabalho nômade dos homens que são transferidos em milhares para os canteiros de grandes obras e nos megaeventos. Somos solidárias às mulheres que são vítimas dessa forma de exploração da sociedade patriarcal, mas é preciso perceber que a prostituição só existe em um sistema que se articula em torno da subordinação das mulheres. Não produz nada relacionado à liberdade e autonomia, ao contrário, e na grande maioria dos casos, a mulher se encontra escravizada por uma rede mercantilizada.

Se ancora em um modelo de sexualidade ancorado na virilidade masculina e na subordinação feminina, associada a fragilidade e disponibilidade permanente. Ao mesmo tempo, reforça a divisão sexual do trabalho e o impedimento das mulheres terem autonomia econômica. Por isso afirmamos o direito à autonomia sobre nossos corpos, sexualidade e de separar sexualidade de maternidade. Por isso lutamos pela descriminalização e legalização do aborto. Reafirmamos nossa visão de que a sexualidade é construída socialmente e somos sujeitos ativos para recusar a heteronormatividade e defender o livre exercício da sexualidade, sem coerção, estereótipos e relações de poder.

Em luta por outro modelo de produção, reprodução e consumo!

A partir da economia feminista, defendemos a necessidade de se estabelecer um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana “entendida como relação dinâmica e harmônica entre humanidade e natureza e entre humanos e humanas” e pela valorização dos bens comuns. São necessárias mudanças reais no modo de produção e nos padrões de consumo do capitalismo, que ressignifiquem e ampliem o conceito de trabalho. Isso passa pelo reconhecimento do trabalho das mulheres e da importância de um equilíbrio entre produção e reprodução, que esta não continue sendo tarefa apenas das mulheres, mas também dos homens e do Estado.

As mulheres constroem em seu cotidiano alternativas concretas à economia dominante, articulando transformações na produção, na reprodução e no consumo. Um grande número das experiências de agroecologia e economia solidária é levada a frente pelas mulheres. Com nosso trabalho e conhecimento histórico no campo afirmamos que a soberania alimentar é estratégica para a transformação social, pois afirma uma outra organização da produção, distribuição e consumo de alimentos, articulada com um combate à lógica capitalista do agronegócio.

As alternativas construídas e propostas pelos povos devem integrar uma dimensão geradora de igualdade, contemplando a igualdade entre mulheres e homens, o direito das mulheres a uma vida sem violência e a divisão do trabalho doméstico e de cuidados entre homens e mulheres.



Ampliação e fortalecimento do público: a partir do Estado e da sociedade

Lutamos por uma profunda democratização do Estado que rompa com os privilégios da classe dominante e branca, e que despatriarcalize o poder. Mais do que prover serviços e políticas sociais, é preciso garantir o sentido público do Estado, ações de redistribuição da riqueza, socialização do trabalho doméstico e de cuidados, e políticas emancipatórias construídas com base na soberania e participação popular.

Isso implica, também, um papel ativo no âmbito internacional que promova a integração dos povos e que as políticas entre os países sejam baseadas nos princípios da solidariedade, da reciprocidade e da redistribuição.

Nossa luta pela desmilitarização articula essas dimensões e questiona o papel do poder econômico em intervenções militares feitas pelos Estados que servem ao controle de territórios ricos em recursos naturais. Combatemos também a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos econômicos, e afirmamos a urgência de uma ampla democratização da comunicação, que passa por garantir a neutralidade e liberdade dos fluxos de informação na infraestrutura das comunicações e da internet, portanto, pelo combate à lógica capitalista da propriedade intelectual.

Como mulheres, demandamos nosso reconhecimento como sujeitos ativos nos debates e decisões sobre o conjunto das políticas e processos vinculados a construção de outro modelo. A mineração, as grandes obras de infraestrutura, as formas de desenvolvimento do nosso continente não podem ser objeto de ação apenas dos homens no poder, dos governos e das empresas. Nossa luta feminista é por outro modelo capaz de gerar igualdade e justiça social, incentivar a solidariedade entre as pessoas, que seja sustentável e que não esteja calcado no trabalho gratuito das mulheres nem na exclusão das mesmas nos processos decisórios.

Por isso entendemos que as alianças das mulheres com outros movimentos sociais são essenciais para resistir à mercantilização dos territórios e a financeirização da natureza, para socializar alternativas de resistência e fortalecer a defesa dos bens comuns.

Não queremos mais a mercantilização dos nossos corpos, das nossas vidas! Queremos a sustentabilidade da vida, a centralidade da produção do bem viver, acabar com a divisão sexual do trabalho, erradicar a desigualdade e superar o capitalismo!

Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!



Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade

Contexto¹

A Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade faz parte das ações internacionais que a Marcha Mundial das Mulheres realiza em 2005. Após ser debatida e modificada pelos grupos de mulheres que participam da Marcha e pelas coordenações nacionais a Carta foi adotada no V Encontro Internacional da MMM que aconteceu em Kigali, Rwanda, em dezembro de 2004.

Iniciamos este Encontro com um ato em memória das milhões de vítimas do genocídio que aconteceu naquele país em dezembro de 1994. Denunciamos a omissão das Nações Unidas e seus países membros e a interferência direta de traficantes de armas e homens de negócio dos países chamados de primeiro mundo. Denunciamos o racismo e a intolerância fomentados pelos colonizadores, mas perpetrado por tantas pessoas, policiais e civis.

Mas, celebramos a capacidade das mulheres dos países e diferentes etnias envolvidas no conflito de construir um espaço de diálogo, respeito e confiança mútua que tem sido a base para agirem em conjunto. Tanto havia para separá-las, mas elas souberam construir pontes e refazer laços.

A sombra do conflito armado permanece na região dos Grandes Lagos Africanos e a sentimos pesar sobre nosso Encontro. Esta não foi a única vez. Estávamos juntas em Montreal em 2001 quando os Estados Unidos invadiu o Afeganistão. Estávamos juntas em Nova Délhi em 2003 quando os Estados Unidos invadiu o Iraque. Em todos estes momentos interrompemos nossos Encontros internacionais para ir às ruas e protestar contra a guerra imperialista.

Esta tem sido nossa história: a unidade na ação, no enfrentamento, na resistência e a capacidade de nos manter em diálogo aproximando nossas análises fruto de experiências tão diversas. O capitalismo patriarcal fomenta a disputa e a concorrência entre povos, nações e entre nós mulheres. Nosso desafio é superar fragmentações, isolamentos para construir alianças igualitárias entre sujeitos com suas trajetórias de luta e projetos.

Esta Carta representa um acordo construído entre as coordenações nacionais de 50 países, dentre os quais 35 presentes em Rwanda. Coordenações nacionais, regionais, continentais a fortalecerão com afirmações e demandas que correspondem à sua realidade e momento organizativo.

Esta Carta ganha vida em sua viagem ao redor do mundo. Ela se realiza na ação. E a própria ação muda nossa forma de ver o mundo e de como transformá-lo.

¹ Este contexto foi redigido pela representante brasileira no Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.



Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade

Preâmbulo

Nós, as mulheres, há muito tempo marchamos para denunciar e exigir o fim da opressão que vivemos por sermos mulheres e, para afirmar que a dominação, a exploração, o egoísmo e a busca desenfreada do lucro, que produzem injustiças, guerras, ocupações e violências devem acabar.

Das nossas lutas feministas e das lutas de nossas antepassadas de todos os continentes, nasceram novos espaços de liberdade para nós, para nossas filhas e filhos para todas as crianças que, depois de nós, caminharão sobre a terra.

Construímos um mundo no qual a diversidade é uma virtude; tanto a individualidade como a coletividade são fontes de crescimento; onde as relações fluem sem barreiras; onde a palavra, o canto e os sonhos florescem. Esse mundo considera a pessoa humana como uma das riquezas mais preciosas. Um mundo no qual reinam a igualdade, a liberdade, a solidariedade, a justiça e a paz. Este mundo nós somos capazes de criar.

Nós constituímos mais da metade da humanidade. Damos a vida, trabalhamos, amamos, criamos, militamos, nos divertimos. Garantimos atualmente a maior parte das tarefas essenciais para a vida e a continuidade da humanidade. No entanto, nossa posição na sociedade permanece subestimada. A Marcha Mundial das Mulheres, da qual fazemos parte, identifica o patriarcado como sistema de opressão das mulheres e o capitalismo como sistema de exploração de uma imensa maioria de mulheres e homens por parte de uma minoria.

Esses sistemas se reforçam mutuamente. Eles se enraízam e se conjugam com o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o imperialismo, o escravismo e o trabalho forçado. Constituem a base dos fundamentalismos e integristas que impedem às mulheres e aos homens serem livres. Geram pobreza, exclusão, violam os direitos dos seres humanos, particularmente os das mulheres, e põem a humanidade e o planeta em perigo.

Nós rejeitamos esse mundo!

Propomos construir outro mundo, onde a exploração, a opressão, a intolerância e as exclusões não existam mais; onde a integridade, a diversidade, os direitos e liberdades de todas e todos são respeitados.

Esta Carta se baseia nos valores de igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz.

Igualdade

1. Todos os seres humanos e todos os povos são iguais, em todos os domínios e em todas as sociedades. Eles têm igual acesso às riquezas, à terra, a um emprego digno, aos meios de produção, a uma moradia adequada, à educação de qualidade, à formação profissional, à justiça, a uma alimentação saudável, nutritiva e suficiente, a serviços de saúde física e mental, à segurança durante a velhice, a um meio ambiente saudável, à propriedade, a funções de representação política e de tomada de decisões, à energia, à água potável, ao ar puro, aos meios de transporte, às técnicas, à



informação, aos meios de comunicação, ao lazer, à cultura, ao descanso, à tecnologia e às inovações científicas.

2. Nenhuma condição humana ou condição de vida justifica a discriminação.

3. Nenhum costume, tradição, religião, ideologia, nenhum sistema econômico ou político justificam que uma pessoa seja posta em situação de inferioridade, nem permitir atos que ponham em perigo sua dignidade e integridade física e psicológica.

4. As mulheres são cidadãs de pleno direito, antes de serem cônjuges, companheiras, esposas, mães, trabalhadoras.

5. As tarefas não remuneradas, ditas femininas, que garantem a vida e a continuidade da sociedade (trabalhos domésticos, educação, cuidado das crianças e dos familiares) são atividades econômicas que criam riqueza e que devem ser valorizadas e partilhadas.

6. Os intercâmbios comerciais entre países são equitativos e não são prejudiciais ao desenvolvimento dos povos.

7. Cada pessoa tem acesso a um trabalho remunerado justamente, efetuado em condições seguras e salubres que a permitam viver dignamente.

Liberdade

1. Todo ser humano vive livre de todo tipo de violência. Nenhum ser humano pertence a outro. Nenhuma pessoa pode ser objeto de escravidão, ser forçado ao casamento, ser submetida a trabalhos forçados, ser objeto de tráfico e de exploração sexual.

2. Cada pessoa goza de liberdades coletivas e individuais que garantem sua dignidade, em especial: liberdade de pensamento, de consciência, de crença, de religião; de expressão, de opinião; de viver livremente e de maneira responsável sua sexualidade, de escolher a pessoa com quem partilhar sua vida; de votar, de ser eleita, de participar na vida política; de se associar, se reunir, se sindicalizar, se manifestar; de escolher seu domicílio, sua nacionalidade, de escolher seu estado civil; de seguir os estudos de sua escolha, de escolher sua profissão e exercê-la; de se mudar, de dispor de sua pessoa e de seus bens; de escolher seu idioma de comunicação respeitando as línguas prioritárias e decisões coletivas quanto à língua de uso e de trabalho; de se informar, de aprender coisas novas, trocar idéias e ter acesso às tecnologias de informação.

3. As liberdades se exercem na tolerância e no respeito à opinião de cada pessoa, e dentro de parâmetros democráticos e participativos. As liberdades acarretam responsabilidades e deveres para com a comunidade.

4. As mulheres tomam livremente as decisões no que se refere ao seu corpo, sua sexualidade e sua fecundidade. Elas decidem por si mesmas ter ou não filhos.

5. A democracia se exerce se há liberdade e igualdade.

Solidariedade

1. A solidariedade internacional é promovida entre as pessoas e os povos sem nenhum tipo de manipulação ou influência.

2. Todos os seres humanos são interdependentes. Partilham o dever e a vontade de viver juntos, de construir uma sociedade generosa, justa e igualitária, baseada no exercício dos direitos humanos, isenta de opressão, de exclusões, de discriminações, de intolerância e de violências.

3. Os recursos naturais, os bens e os serviços necessários para a vida de todas e de todos são bens e serviços públicos de qualidade aos quais cada pessoa tem acesso de maneira igualitária e equitativa.





4. Os recursos naturais são administrados pelos povos que vivem nos territórios onde eles se encontram, de respeitando o meio ambiente e atuando para sua preservação e sustentabilidade.

5. A economia de uma sociedade está a serviço daquelas e daqueles que a compõem. Ela é dirigida à produção e intercâmbio das riquezas socialmente úteis, que são distribuídas entre todas e todos, que garantem principalmente a satisfação das necessidades coletivas, eliminam a pobreza e asseguram um equilíbrio entre o interesse geral e os interesses individuais. Ela garante a soberania alimentar. Ela se opõe à busca exclusiva do lucro e à acumulação privada dos meios de produção, das riquezas, do capital, das terras, das tomadas de decisão nas mãos de alguns grupos ou de algumas pessoas.

6. A contribuição de cada uma e de cada um para a sociedade é reconhecida e independente da função que ocuparem todas as pessoas gozam de direitos sociais.

7. As manipulações genéticas são controladas. Não existe direito de propriedade sobre o ser vivo nem sobre o genoma humano. A clonagem humana é proibida.

Justiça

1. Todos os seres humanos, independente de seu país de origem, de sua nacionalidade e de seu lugar de residência, são considerados cidadãs e cidadãos com plenos direitos humanos (direitos sociais, econômicos, políticos, civis, culturais, sexuais, reprodutivos, ambientais) de forma realmente democrática igualitária e eqüitativa.

2. A justiça social se baseia em uma redistribuição eqüitativa das riquezas, que elimina a pobreza, limita a riqueza e garante a satisfação das necessidades essenciais da vida, e que visa à melhoria do bem-estar de todas e todos.

3. A integridade física e moral de todas e todos é garantida. A tortura, os tratamentos humilhantes e degradantes são proibidos. As agressões sexuais, o estupro, as mutilações genitais femininas, as violências específicas contra as mulheres e o tráfico sexual e o tráfico de seres humanos são considerados crimes contra a pessoa e contra a humanidade.

4. Um sistema judiciário acessível, igualitário, eficaz e independente é instaurado.

5: Cada pessoa goza da proteção social necessária para garantir seu acesso à alimentação, ao cuidado, à atenção à saúde, à habitação adequada, à educação, à informação, e à segurança durante a velhice. Ela tem acesso à renda suficiente para viver dignamente.

6. Os serviços de saúde e sociais são públicos, acessíveis, de qualidade, gratuitos para todos os tratamentos, todas as pandemias, particularmente para HIV.

Paz

1. Todos os seres humanos vivem em um mundo de paz. A paz resulta em particular da: igualdade entre os sexos, da igualdade social, econômica, política, jurídica e cultural, do respeito aos direitos, da erradicação da pobreza que assegure a todas e todos uma vida digna, isenta de violência, onde cada pessoa tem um trabalho e recursos suficientes para se alimentar, ter moradia, se vestir, se instruir, estar protegido na velhice, ter acesso aos cuidados necessários.

2. A tolerância, o diálogo, o respeito da diversidade são garantias da paz.

3. Todas as formas de dominação, de exploração e de exclusão de parte de uma pessoa sobre outra, de um grupo sobre outro, de uma minoria sobre uma maioria, de uma maioria sobre uma minoria, de uma nação sobre outra são excluídas.

4. Todos os seres humanos têm o direito de viver em um mundo sem guerra e sem conflito armado, sem ocupação estrangeira nem base militar. Ninguém tem direito sobre a vida ou morte das pessoas ou dos povos.



5. Nenhum costume, tradição, ideologia, religião, sistema econômico nem político justificam violências.

6. Os conflitos armados ou não entre os países, comunidades ou povos são resolvidos pela negociação que permite encontrar soluções pacíficas, justas e equitativas em nível nacional, regional e internacional.

Chamado

Esta **Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade**² faz um chamado a todas as mulheres e homens e a todos os grupos oprimidos do planeta a proclamarem individual e coletivamente seu poder para transformar o mundo e modificar radicalmente as relações existentes e transformá-las em relações baseadas na igualdade, na paz, na liberdade, na solidariedade e na justiça.

Ela chama todos os movimentos sociais e a todas as forças sociais a agir para que os valores que defendemos nesta Carta sejam verdadeiramente postos em prática, e para que as instâncias de poder político tomem todas as medidas necessárias para sua aplicação. Ela faz um chamado à ação para mudar o mundo. Há urgência!

O que é a Marcha Mundial das Mulheres

A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento composto por grupos de mulheres de diferentes origens étnicas, culturas, religiões, políticas, classes, idades e orientações sexuais. Em vez de nos separar, essa diversidade nos une em uma solidariedade mais global.

Em 2000 nós, como Marcha Mundial das Mulheres, redigimos uma plataforma política que contem 17 reivindicações concretas com a finalidade de eliminar a pobreza no mundo, distribuir as riquezas, erradicar a violência contra as mulheres e conquistar o respeito a sua integridade física e moral. Transmitimos essas reivindicações aos responsáveis do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, às Nações Unidas. Não recebemos nenhuma resposta concreta. Transmitimos também nossas reivindicações aos dirigentes políticos de nossos países.

Desde então continuamos, sem descanso, a defender nossas reivindicações. Propomos alternativas para construir um outro mundo. Trabalhamos ativamente nos movimentos sociais do mundo e em nossas sociedades. Continuamos aprofundando a reflexão sobre o lugar que as mulheres ocupam e que devem ocupar no mundo.

Com esta Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, e as ações que estamos realizando reafirmamos que um outro mundo é possível, um mundo cheio de esperança, de vida, um mundo no qual seja bom viver e nós declaramos nosso amor a este novo mundo, a sua diversidade e beleza.

Adotada no 5º Encontro internacional da Marcha Mundial das Mulheres em Rwanda, 10 de dezembro de 2005.

² Nenhum elemento desta Carta pode ser interpretado ou utilizado para emitir opiniões ou realizar atividades contrárias ao espírito da mesma. Os valores aqui defendidos formam um conjunto e são iguais em importância, interdependentes e indivisíveis; podendo apenas intercambiar o lugar que ocupam na Carta.



Plataforma brasileira da ação 2010 Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

Esta Marcha de 2010 afirma mais uma vez nossa luta, nossa resistência e a convicção de que com a nossa auto-organização, somos sujeitos ativos pela transformação de nossas vidas e da sociedade: Queremos mudar o mundo para mudar a vida das mulheres para mudar o mundo.

Há 100 anos, mulheres socialistas propuseram um Dia Internacional da Mulher. Isso se deu em momento de forte organização do movimento de mulheres, inclusive entre as operárias. Essa reivindicação expressava a certeza da necessidade de mudanças profundas na estruturação da sociedade, para garantir a igualdade para as mulheres. Isso só poderia ocorrer com a participação das mulheres, e a luta pelo direito ao voto era parte da plataforma do conjunto das mulheres organizadas.

Nesses 100 anos lutamos para mudar nossas vidas, atuamos para recuperar a memória de luta das mulheres e para, cotidianamente, afirmar para toda a sociedade que nosso trabalho, nossa experiência, nossos conhecimentos contribuem para o bem estar de todas e todos.

Em seus dez anos de existência, a Marcha Mundial das Mulheres é parte da história do feminismo no mundo. Somos um movimento permanente e construímos momentos marcantes em nossas ações internacionais, que realizamos em 2000, 2005 e agora em 2010. Nessa terceira ação internacional, nossa chamada é: Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres.

No Brasil, queremos expressar nossas denúncias e nossas reivindicações, afirmar nossas idéias e celebrar nossos êxitos. Marcharemos com mulheres de todos os estados, de 8 a 18 de março, e queremos convencer a sociedade e os governos das mudanças necessárias para que tenhamos um mundo com liberdade, igualdade, justiça, paz e solidariedade.

Ao longo de nossa trajetória, acumulamos experiência e propostas concretas para essas mudanças. Queremos muitas transformações em nosso país e sabemos que elas só serão reais se estiverem sustentadas por uma forte organização popular. Acalentamos um sonho e uma esperança de que a América Latina vive hoje processos avançados em muitos países e esperamos que o Brasil tenha um papel efetivo nessa jornada.

Contra a tirania do patriarcado e do livre mercado

“Somos mulheres e não mercadoria” é nossa palavra de ordem, que expressa a essência de nossa luta contra o patriarcado, o capitalismo, o racismo e a homofobia.

A tirania do mercado se ancora na exploração do tempo e trabalho das mulheres como recursos inesgotáveis. Tenta nos transformar em objetos apropriados e controlados, como um produto que se adapta às exigências do mercado. Esse é o sentido da imposição de um padrão de beleza inatingível e da busca da eterna juventude como sinônimo de felicidade. A prisão a esse ideal inexistente nos impõe a ansiedade do consumismo e molda nossa socialização como mulheres.



- Marchamos para denunciar as relações de opressão machistas e patriarcais sobre as mulheres, que são estruturantes do capitalismo que também é racista, lesbofóbico e depredador da natureza.

- Marchamos para que o direito à autonomia, à auto-determinação, à igualdade e à liberdade sejam os princípios organizadores do mundo que queremos construir, baseado na solidariedade e não na competição e individualismo.

Por nossa autonomia e direito à auto-determinação

A construção do que é ser mulher ainda está marcada com a imposição da maternidade e, dessa forma, continua negando às mulheres o direito de decidir se querem ou não ser mães. Nossas vidas ainda estão marcadas pelo trabalho interminável, pela imposição da maternidade e pela obrigação de agradar ao outro em um modelo de heterossexualidade obrigatória, que nega o lesbianismo. Lutamos pelo direito das mulheres à autonomia e autodeterminação em relação ao trabalho, à sexualidade, à maternidade e à participação política.

- Marchamos para construir um mundo onde nenhuma mulher seja tratada como objeto e mercadoria na indústria da pornografia, da prostituição, do tráfico, ou na publicidade e nos meios de comunicação. Rechaçamos o uso do corpo das mulheres como um produto para a exploração sexual e prostituição.

- Marchamos pela descriminalização e legalização do aborto, pelo direito da mulher em decidir sobre os rumos de sua vida e sua sexualidade e lutamos contra a banalização e a mercantilização da sexualidade.

Pela autonomia econômica das mulheres

Marchamos pelo reconhecimento do trabalho das mulheres e questionamos a divisão sexual do trabalho. Esses temas estão no centro do debate sobre autonomia econômica feminina. O desafio necessário é construir novas relações sociais e um novo modelo econômico. O modelo dominante só considera como econômicas as atividades realizadas na esfera mercantil, desconhecendo uma imensa quantidade de trabalho doméstico, de cuidados, e para o auto-consumo, em sua maioria realizados por mulheres. Além disso, desvaloriza o trabalho assalariado realizado pelas mulheres.

No Brasil, as mulheres são as mais pobres, em particular as negras e rurais. Em 2007, enquanto o rendimento médio dos homens brancos por hora trabalhada era de 8,05 reais, o das mulheres negras era de 3,92 (PNAD, 2007). Mesmo que as diferenças de rendimento médio entre homens e mulheres no campo venham diminuindo, em 2006 as mulheres recebiam o equivalente a 68% do rendimento dos homens.

Por isso marchamos para:

- Ter um salário mínimo digno: os dados comprovam que a valorização do salário mínimo impacta positivamente a vida de milhões de mulheres.

- Pelo fim das diversas formas de exploração da força de trabalho das mulheres, que são submetidas a situações degradantes e a várias formas de assédio.



- Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, visando à ampliação de postos de trabalho.
- Pela adoção e execução de medidas concretas pelos governos, para eliminar a diferença de rendimentos médios entre homens e mulheres e entre mulheres brancas, negras e indígenas.
- Pela garantia de políticas anti-racistas como passo para a igualdade também para as mulheres negras e de todas as etnias discriminadas. Para isso, é necessária a realização de um conjunto de políticas que levem em consideração a exclusão de mulheres negras em relação à previdência, emprego e renda, creche e educação, saúde e moradia.
- Por igualdade no acesso ao trabalho e seguridade social universal para homens e mulheres. É urgente um modelo de previdência que garanta condições dignas de vida e envelhecimento para todas as pessoas.
- Pela garantia de todos os direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas: 40 horas de jornada semanal e a obrigatoriedade do FGTS.
- Por uma reorganização do trabalho em que haja uma divisão igualitária das responsabilidades pelo cuidado com as crianças, idosos e doentes e, sobretudo das tarefas domésticas entre homens e mulheres.
- Que os governos criem condições para a socialização do trabalho doméstico garantindo a melhoria do acesso aos serviços públicos e a criação de novos equipamentos sociais como lavanderias e restaurantes públicos.
- Exigimos a ampliação do acesso a creches públicas, de qualidade, em período integral, para todas as crianças, para superar o déficit no acesso, que deixa 80% das crianças de 0 a 3 anos sem atendimento.

Por um mundo sem violência contra as mulheres

A violência como parte do cotidiano da maioria de mulheres é uma realidade presente em todos os países e precisa acabar. Queremos explicitar como e porque ocorre essa violência. Sua raiz está no machismo que tenta nos reduzir a objetos e perpassa de diversas formas a sociedade capitalista. A maioria dos casos de violência sexista vividos pelas mulheres é cometida por homens de sua relação, como companheiros, padrastos ou chefes, no caso do assédio sexual. Outra forma de manifestação desta violência é o tratamento das mulheres como mercadorias, seja na indústria da prostituição e pornografia, ou na forma como somos representadas pela publicidade.

A violência sexista se combina com o racismo e a violência urbana, fazendo das jovens negras as maiores vítimas do tráfico, além do sofrimento das mães negras, que em várias regiões convivem com um verdadeiro genocídio dos jovens negros.

As mulheres seguem cuidando de seus filhos ou companheiros na prisão e se submetem à revistas vexatórias a cada visita, sendo que as mulheres presas não recebem a mesma atenção de seus antigos companheiros.

É preciso dar visibilidade às lutas das mulheres contra a violência sexista, a partir da sensibilização da sociedade e da elaboração de demandas aos Estados, além da realização de campanhas de educação popular que apontem para a conscientização feminista.





Que o Estado brasileiro trate de forma integral a questão da violência, vinculando seu combate às mudanças estruturais e das relações sociais. Tal política deve se parte de um projeto global de transformação da vida das mulheres e da sociedade brasileira.

- Marchamos pelo fim de toda forma de violência contra as mulheres. Denunciaremos a violência sexista, a prostituição, o tráfico de mulheres e outras formas de mercantilização do corpo das mulheres, além da exploração que os meios de comunicação comerciais fazem da imagem das mulheres.
- Marchamos pelo fim da violência urbana, que tem no corpo das mulheres uma de suas expressões.
- Denunciamos o descaso das autoridades – governos, polícia, judiciário – com a palavra das mulheres, agravando, e mesmo deixando impune, a violência contra as mulheres.
- Exigimos que os governos e o judiciário atuem de forma decidida para prevenir e punir a violência contra as mulheres.

Contra a privatização da natureza e dos serviços públicos

A natureza, educação, saúde, conhecimento são bens comuns e não simples mercadorias. A resistência e as alternativas construídas pelas mulheres apontam para a efetivação da soberania alimentar e energética, a partir de iniciativas que articulam outras formas de produção, consumo, uso da energia, da água e do solo. A agricultura camponesa e familiar é fundamental para assegurar a alimentação a todos, mesmo sob a ameaça da ocupação e contaminação dos territórios pelas monoculturas, o uso intensivo de agroquímicos e sementes transgênicas, operados pelo agronegócio controlado por empresas transnacionais. As grandes empresas que dominam a agricultura e a produção industrial impulsionam um processo de dominação sobre nossos corpos. É a lógica da dominação do mercado para garantir os lucros, em detrimento da sustentabilidade da vida humana.

O acesso universal à água potável e ao saneamento básico, assim como aos serviços públicos de qualidade (saúde, educação, transporte público etc.), devem ser assegurados pelo Estado, que deve atuar como garantidor dos direitos e necessidades básicas.

Por isso marchamos:

- Pelo acesso das mulheres à terra, aos recursos naturais e às decisões sobre seus usos. Reafirmamos a urgência da revisão dos índices de produtividade, da limitação do tamanho da propriedade e o fim da estrangeirização da terra como medidas que podem avançar o processo de reforma agrária. Reafirmamos a necessidade de assegurar a regularização de terras indígenas e quilombolas, o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e o reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres.
- Pelo reconhecimento das mulheres como criadoras históricas de conhecimentos em agricultura e em alimentação, que continuam produzindo até 80% dos alimentos nos países mais pobres e, atualmente, são as principais guardiãs da biodiversidade e das sementes para o cultivo.
- Para reforçar a exigência do fim do desmatamento desenfreado e da poluição, do uso indiscriminado de agrotóxicos, da privatização da biodiversidade, da água e das sementes. Por isso demandamos a moratória do cultivo e comercialização de transgênicos por tempo indeterminado.





Os recursos públicos não devem ser destinados a financiar o agronegócio, as transnacionais e a infra-estrutura que somente favorece a eles.

- Pela reafirmação da água como um bem público, que deve ser utilizado de forma democrática e responsável. Por isso continuamos contrárias à transposição do rio São Francisco. Acreditamos em propostas como a da convivência com o semi-árido, que comprova como a construção das cisternas para o consumo doméstico e irrigação da produção familiar mudam a vida das mulheres.

- Pela construção de um novo modelo energético para o Brasil, que priorize a produção e a distribuição descentralizada de energia visando atender às necessidades locais e territoriais e que contemple a participação da população no seu planejamento, decisão e execução.

Paz e desmilitarização

Queremos evidenciar as consequências diretas das guerras e conflitos nas vidas das mulheres, que vão além das enfrentadas pela população masculina dos países que vivem essa realidade. Em contextos de guerra, a apropriação do corpo das mulheres é vista como recurso, forma de controle, intimidação ou troféu. Casos de violência sexista são comuns, praticados tanto pelo exército e por grupos paramilitares, como pela comunidade local, cujos homens passam a rechaçar e culpar mulheres vítimas das agressões.

A manipulação ideológica, que está por trás dos conflitos quando propaga, por exemplo, a guerra ao terrorismo, também tem impacto na vida das mulheres, criminalizando as integrantes de movimentos sociais e restringindo seu direito de ir e vir. Além da denúncia do papel dos fabricantes de armas, que tanto lucram com os conflitos e interferem politicamente em seus rumos, este eixo procura demonstrar a responsabilidade dos Estados e da ONU, cujas tropas trazem mais violência às mulheres.

Estamos atentas à situação em que vivem nossas companheiras ao redor do mundo quando são criminalizadas por lutar por melhores condições de vida para as mulheres ou quando vivem em países em conflito. Neste momento em particular, somos solidárias às nossas companheiras iranianas, curdas, palestinas, saharuies, colombianas, hondurenhas e haitianas. Afirmamos o protagonismo das mulheres na resolução de conflitos, sobretudo nos Grandes Lagos Africanos.

No Brasil, lutamos contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e contra o processo crescente de militarização da sociedade, que se manifesta por meio de atitudes repressivas e violentas do Estado, como os inúmeros assassinatos cometidos pelas polícias, ou na crença de que as armas são capazes de resolver a questão da segurança pública. Denunciamos como essas ações atingem, sobretudo, os negros e negras.

- Demandamos ao governo brasileiro a retirada da Minustah do Haiti, e que a presença militar seja substituída por uma cooperação baseada nas demandas do povo haitiano, em diálogo com os movimentos sociais, em particular com as organizações de mulheres, que implique no apoio à uma reconstrução que atenda ao conjunto da população e seu direito à moradia, alimentação, água, emprego e lazer.



- Demandamos que o governo brasileiro tome posição favorável ao imediato reconhecimento da independência do Saara Ocidental, bem como realize ações que visem estabelecer relações econômicas, políticas e diplomáticas com os legítimos representantes da República Árabe Saharaui Democrática.

Defendemos uma integração dos povos que garanta o bem estar de todas e todos, que se oriente para a superação de assimetrias entre os países e favoreça a resolução negociada de conflitos.

Reafirmamos nossa convicção em um projeto de integração soberana, solidária e com igualdade para os povos da América Latina e Caribe. A integração na infra-estrutura de telecomunicação e de transportes deve ter como principal objeto o acesso a serviços públicos de educação, saúde, saneamento, energia; o intercambio cultural; o acesso a bens e serviços voltados para a qualidade de vida da maioria da população. A integração da infra-estrutura não deve, portanto, reproduzir um modelo de grandes obras com o objetivo de escoar produtos agrícolas e minerais para os países do norte ou assegurar o uso de energia por empresas eletrointensivas, que não geram empregos e degradam o meio ambiente.

O governo brasileiro não deve apoiar as transnacionais brasileiras que atuam em outros países com base em um modelo chamado de desenvolvimento, mas que destrói a natureza, as relações comunitárias previamente existentes, sem contrapartidas significativas à população local que não é ouvida sobre prioridades de investimentos, nem processos de transição que favoreçam maior bem-estar e igualdade.

- Demandamos ao governo brasileiro atuar por uma integração geradora de igualdade que promova intercâmbios econômicos, culturais, políticos baseados na justiça, solidariedade e complementariedade.

Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!
Marcha Mundial das Mulheres – Brasil
3ª Ação Internacional
8 a 18 de março de 2010



Elementos para o debate e definição da 4ª Ação Internacional da MMM em 2015

No 8º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, que se realizou em 2011 nas Filipinas, avançamos no debate sobre o contexto socio-econômico-político mundial e os desafios que nós enfrentamos como movimento feminista anti-capitalista e anti-patriarcal enraizado nos grupos de base. Algumas Coordenações Nacionais enviaram complementações e sugestões que enriqueceram o texto elaborado pelo Comitê Internacional. Consideramos que essa análise continua atual e que as tendências apontadas em 2011 se mantêm¹.

Por esse motivo, neste texto – que é uma contribuição para o debate das Coordenações Nacionais no processo preparatório ao 9º Encontro Internacional que será realizado no Brasil – escolhemos centrar nossa análise sobre as bases do patriarcado e do capitalismo como sistemas que se retroalimentam, ainda mais com a crise que vive o capitalismo e suas falsas soluções. O que nos orienta são as alternativas que afirmamos e que estamos construindo, e por isso iniciamos o texto com elas. A partir disso, esperamos contribuir para sintetizar um enfoque orientador de nossas ações e alianças futuras, sem perder de vista as sínteses que elaboramos coletivamente na Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade² e os textos dos quatro campos de ação³.

As mulheres em resistência construindo alternativas

Nós da Marcha Mundial das Mulheres, em conjunto com nossas organizações aliadas, fazemos parte de um mesmo movimento mundial de resistência ao sistema capitalista, colonialista e patriarcal, e de construção de propostas alternativas, fundamentadas na autonomia e na autodeterminação das mulheres e dos povos.

A partir do feminismo, defendemos a sustentabilidade da vida humana como fio condutor desse novo paradigma, que deve se basear em uma relação dinâmica e harmônica entre a humanidade e a natureza e entre os seres humanos. Para isso, são indispensáveis mudanças reais no modo de produção e reprodução e nos padrões de consumo, que ressignifiquem e ampliem o conceito de trabalho, reconheçam o trabalho das mulheres e estabeleçam outro equilíbrio entre as tarefas de produção e reprodução, onde estas últimas sejam compartilhadas também com os homens e com o Estado.

Ao mesmo tempo, afirmamos o direito à autonomia sobre nossos corpos e nossa sexualidade, o direito de separar a sexualidade da maternidade e a decidir sobre se queremos ser mães e quando. Reafirmamos nossa visão de que a sexualidade é construída socialmente e somos sujeitos ativos no rechaço à heteronormatividade⁴ e a defesa do livre exercício da sexualidade sem coerção, estereótipos e relações de poder.

1 Documento disponível em <http://www.marchemondiale.org/structure/8rencontre/context/es>

2 Disponível em http://www.marchemondiale.org/qui_nous_sommes/charte/es

3 Disponível em <http://www.marchemondiale.org/actions/2010action/text/es>

4 Termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, credos ou políticas. Esse conceito parte da crítica à imposição da heterossexualidade obrigatória como norma na sociedade até questionar a identidade de gênero e os papéis sexuais de forma binária entre macho e fêmea.



Desde nosso cotidiano, nós mulheres criamos alternativas concretas à economia dominante. Com nosso trabalho e conhecimento histórico, desenvolvemos em distintas partes do mundo um grande número de experiências alternativas de gestão da vida, como a agroecologia e a economia solidária. Afirmamos que a soberania alimentar é estratégica para a transformação da sociedade, porque orienta outra forma de organização da produção, distribuição e consumo de alimentos, em oposição à lógica capitalista do agronegócio.

Reivindicamos uma profunda democratização do Estado que implique romper com os privilégios da classe dominante, que gere ações de despatriarcalização⁵, e que garanta o sentido público do Estado, com ações emancipatórias construídas com base na soberania e na participação popular. Isso implica, também, um papel ativo dos Estados no âmbito internacional, que promova políticas de integração entre os povos, que se baseiem nos princípios de solidariedade, reciprocidade e redistribuição, em oposição à lógica imperialista e colonialista da exploração.

Nossa defesa da desmilitarização articula essas dimensões e questiona o papel da elite do poder econômico nas intervenções militares realizadas pelos Estados, que em todo mundo resultam no controle de territórios com riquezas naturais.

Lutamos pelo direito à comunicação e a democratização dos meios de comunicação, que passa por garantir a liberdade dos fluxos de informação, a infraestrutura das comunicações e da internet, por tanto, combatendo a lógica mercantil da propriedade intelectual. Nossa luta feminista é por outro modelo que garanta o direito das mulheres a uma vida livre e sem violência, gere justiça social e igualdade entre mulheres e homens, incentive a solidariedade entre as pessoas e que seja sustentável. Por isso entendemos que as alianças das mulheres com outros movimentos sociais são essenciais para fortalecer nossa resistência e avançar para a superação de uma só vez do patriarcado e do capitalismo.

Uma das falsas soluções do capitalismo a suas crises: tornar o patriarcado mais forte

Em 2000, na Carta aos e as dirigentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial descrevemos as causas estruturais da pobreza e das violências: “Para a Marcha, o mundo de hoje e a situação das mulheres em particular se explicam pela força conjugada de dois fenômenos globais:

- A dominação de um sistema econômico único que abarca todo o globo: o capitalismo neoliberal, esse sistema único, dominante, que se rege pela competição absoluta e se orienta em todas as direções pela privatização, a liberalização, a desregulamentação, submetido só à lei da “supremacia dos mercados”, onde o desfrute pleno dos direitos humanos fundamentais está subordinado à liberdade econômica que provoca exclusões intoleráveis para pessoas e perigos para a paz no mundo e para o futuro do planeta.

⁵ Proposta das feministas bolivianas nos marcos do governo popular de Evo Morales para a transformação das estruturas, práticas cotidianas e discursos que perpetuam e reproduzem as relações de poder que subordinam às mulheres.



- A perpetuação de um sistema social, político e econômico dominante contra as mulheres: o sistema patriarcal, um sistema que não data do século XX mas que vem se consolidando há milênios segundo uma intensidade variável e culturas diferentes. Este sistema de valores, regras, normas, políticas, se baseia na pretensão de que existe uma inferioridade natural das mulheres como seres humanos e na hierarquização dos papéis que nossa sociedade atribui às mulheres e aos homens. Este sistema consagra o poder masculino, engendra violências e exclusões e imprime à mundialização atual um viés extremamente sexista.

Estas duas forças históricas se alimentam reciprocamente e se fortalecem mutuamente para manter a grande maioria de mulheres em uma situação de inferioridade cultural, desvalorização social, marginalidade econômica, invisibilidade de sua existência e seu trabalho, mercantilização de seus corpos.”⁶

Desde então convivem na Marcha perspectivas analíticas que tratam o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas ou como um só sistema – o patriarcado capitalista ou o capitalismo patriarcal. Temos em comum o esforço de tornar visível como a opressão das mulheres – o patriarcado – é constitutivo das relações econômicas, sociais, culturais, que cimentam a atual ordem social. Um exemplo é a exploração do trabalho das mulheres nas maquilas, onde as habilidades desenvolvidas na socialização de gênero feminino como a paciência ou a destreza são utilizadas sem reconhecimento nem melhor remuneração. Ou quando o assédio sexual é utilizado como método gerencial de humilhação e controle das trabalhadoras.

Assim, desde nossa origem no final dos anos 1990, no contexto de auge do pensamento único neoliberal, de imposição de políticas de “ajuste estrutural” (privatizações, redução da intervenção do Estado na economia, abertura de mercados, redução dos gastos sociais), tratamos não apenas de olhar para os impactos da globalização sobre as mulheres, mas, a partir da experiência concreta e sobretudo da resistência cotidiana e criativa das mesmas, nos atrevemos a falar de alternativas, de outras formas de organizar a vida. Identificamos nas políticas do FMI e do Banco Mundial novas formas de colonialismo, mas ainda precisamos desenvolver na MMM uma compreensão que articule os sistemas patriarcal e capitalista com o racismo e o neocolonialismo.

Hoje nos enfrentamos a uma forte reestruturação do sistema para manter a ordem de opressão e exploração que evidencia e amplia os mesmos mecanismos violentos de acumulação que estavam em sua origem e que podemos sintetizar em quatro processos: a) o acaparamento da natureza; b) a apropriação da renda e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores; c) o controle sobre o corpo e a vida das mulheres⁷; d) a militarização, a criminalização e a violência.

6 Marcha Mundial de las Mujeres 1998-2008 : una década de lucha internacional feminista. São Paulo : SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2008, p. 66. Disponível em espanhol no link: <http://www.marchamondiale.org/publications/libro1998-2008/part02/es>

7 A ecofeminista Ariel Saleh afirma que o capitalismo é construído sobre uma dívida social ao explorar os trabalhadores, uma dívida corporificada com as mulheres pelo trabalho reprodutivo não remunerado que realizam, uma dívida ecológica com camponeses e indígenas pela apropriação de suas terras e meios de vida. (Ariel Salleh: Rio+20 and the Green Economy: Technocrats, Meta-industrial, WSF and Occupy, March 31, 2012). “Capitalism is built on a social debt to exploited workers; an embodied debt to unpaid women for their reproductive labor; and an ecological debt to peasants and indigenes for appropriating their land and livelihood.” Disponível em inglês: <http://www.zcommunications.org/rio-20-and-the-green-economy-technocrats-meta-industrials-wsf-and-occupy-by-ariel-salleh>



Neste processo atual de acumulação, conhecido como “acumulação por despossessão”⁸, tudo se transforma em mercadoria – água, ar, florestas, sementes, serviços como educação e saúde. A desigualdade e a concentração de riqueza aumentam e quem paga os custos da crise do capital são os setores pobres e médios das sociedades. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 2009, ano de agudização da crise, enquanto o desemprego cresceu 10% a mais em relação a 2007, os ricos (aqueles com mais de um milhão de dólares para investimento) aumentaram sua riqueza total em 18%⁹).

a) O acaparamento da natureza¹⁰

Ao longo dos anos 2000, vivemos a expansão das relações de mercado a mais dimensões da vida humana. O processo permanente de cercamento das terras, que separa os e as trabalhadoras dos meios que garantem sua produção e sobrevivência, se ampliou. Como forma de controlar nossas vidas e criar dependência, o capital impõe a tecnologia dos transgênicos que, na prática, busca impedir os seres humanos de cultivarem seu próprio alimento por meio da limitação da capacidade reprodutiva das sementes (transgênicos terminator, que produzem uma só vez) e da obrigação de pagar *royalties*¹¹ às corporações transnacionais sobre as sementes, que por milênios são bens comuns da humanidade.

A natureza é tratada como um recurso inesgotável, utilizado na produção de mercadorias que alimenta o sobreconsumo de uma parte da população. Consumo que é estimulado pela estratégia insana da obsolescência programada¹², que tem como único objetivo manter a venda constante de produtos que logo param de funcionar ou se tornam ultrapassados pelas novas tecnologias.

Essa mercantilização da natureza se intensifica pela busca, por parte dos mercados financeiros especulativos, de ativos reais (terra, água, minerais) para manter a confiança no sistema e se sustentar. Foi isso que gerou novas crises do sistema: crise ambiental, climática, econômica, política. A crise do preço dos alimentos em 2007-2008, por exemplo, foi provocada pela especulação financeira e o direcionamento de capitais voláteis para o investimento em terras, ações e na bolsa de mercados futuros. O acaparamento de terras se expandiu sobretudo na África, Ásia e América Latina para o monocultivo de alimentos ou de agrocombustíveis para exportação. As áreas urbanas passaram por um novo ciclo de especulação imobiliária, inclusive com a construção de grandes obras relacionadas a megaeventos. As companhias mineradoras ampliam as áreas de prospecção e mineração a céu aberto. Seguem provocando a contaminação da água, superexplorando o trabalho e estão no coração dos conflitos armados.

8 A acumulação por despossessão é um conceito formulado pelo teórico marxista David Harvey que consiste no uso de métodos da acumulação primitiva para manter o sistema capitalista, mercantilizando âmbitos que até então o mercado não tinha acesso. Enquanto a acumulação primitiva supunha a implantação de um novo sistema que substituiu o feudalismo, a acumulação por despossessão tem por objetivo manter o sistema atual, repercutindo nos setores empobrecidos pela crise de sobre-acumulação do capital.

9 Documento da II Conferencia Internacional: Visión política de los trabajadores sobre el desarrollo. Argentina, abril de 2013.

10 Acaparamento ou açambarcamento é uma forma de monopólio e controle privado dos territórios.

11 Valor que se paga pela utilização de algo (livro, obra de arte, patente, marca etc).

12 Obsolescência programada é quando a empresa capitalista desenvolve, fabrica e distribui um produto para consumo que logo se torna obsoleto ou não funcional, para forçar os e as consumidoras a comprar a nova geração do produto, como é muito comum nos produtos eletrônicos.



b) A apropriação da renda e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores

Séculos de luta das e dos trabalhadores resultaram no estabelecimento de direitos que impõem limites – ainda que insuficientes – à exploração do capital, como por exemplo: o direito ao descanso semanal e anual, o número de horas de trabalho e licença em caso de doenças, direito à pensão remunerada, acesso a serviços públicos de educação, saúde, transporte, etc.

Mas hoje em dia, frente à “crise”, o sistema está operando um grande ajuste na relação capital/trabalho com o recorte de gastos públicos em todos os setores de prestação de serviços à população e com a imposição generalizada de um grau de precariedade para todas e todos, antes circunscrito aos países do Sul geopolítico (os mais pobres) ou a setores da população (mulheres e imigrantes, principalmente). O desemprego e a ameaça do desemprego são utilizados pelas forças que operam o sistema para que tais recortes aos direitos dos e das trabalhadoras sejam aceitos sem muita resistência. E quando há resistência, as mesmas são ocultadas ou menosprezadas.

A transferência de custos da produção capitalista às mulheres e ao trabalho reprodutivo que realizam é parte deste ajuste. O trabalho reprodutivo é o trabalho de cuidar dos demais, a preparação dos alimentos, a limpeza, etc., que é realizado majoritariamente no espaço doméstico e pelas mulheres. As mulheres são gestoras da precariedade em suas casas. Assim, na maior parte dos casos, são elas que se ocupam de cuidar das pessoas quando o número de leitos nos hospitais é reduzido ou os hospitais fecham, quando os centros de educação infantil fecham ou não oferecem alimentação escolar.

O trabalho das mulheres é a variável de ajuste entre as lógicas e tempos contraditórios do mercado movido pelos lucros e do cuidado da vida humana. Em que pese a sobrecarga de trabalho e a disponibilidade permanente de inúmeras mulheres, há uma crise do cuidado e da forma como a sociedade responde às necessidades básicas das pessoas de se alimentar, compartilhar afetos, se sentirem seguras¹³. A deslocalização da produção de mercadorias se combina a uma deslocalização do trabalho de cuidados com um enorme contingente de mulheres do sul e de áreas mais pobres migrando para o norte ou áreas mais ricas para cuidar das crianças, velhos e doentes, enquanto ninguém cuida delas.

Em países em que a repressão à luta por direitos é ainda mais forte, as condições de trabalho são ainda mais dramáticas, o que se evidencia em episódios como o incêndio e desmoronamento das oficinas de costura em Dhaka, Bangladesh, em 24 de abril de 2013, tirando a vida de 1.127 pessoas, em sua maioria mulheres.

c) O controle sobre o corpo e a vida das mulheres

O patriarcado combinado ao capitalismo não se apropria somente do trabalho das mulheres, mas também da própria origem da sua capacidade de trabalho, ou seja, dos seus corpos. No período inicial do capitalismo (a acumulação primitiva), não apenas a divisão sexual do trabalho foi instrumentalizada, mas também a sexualidade, instituindo o casamento heterossexual e a maternidade como norma, às vezes promovendo a prostituição, outras vezes condenando as mulheres na prostituição e perseguindo as mulheres que tinham conhecimento sobre métodos contraceptivos¹⁴.

13 Amaia Pérez Orozco: Ameaça tormenta: a crise do cuidado e a reorganização do sistema econômico.



A economia de mercado da exploração do trabalho não remunerado das mulheres corresponde a uma sociedade de mercado que pressupõe a organização dos e das trabalhadoras em famílias nucleares. Podemos comprovar que nas últimas duas décadas houve um aumento contínuo do conservadorismo, que valoriza o papel das mulheres na família para justificar sua sobrecarga de trabalho e sua responsabilidade frente ao corte das políticas públicas de apoio à reprodução social (em países onde elas existiam) ou para impedir a aprovação de tais políticas. Ao mesmo tempo, há uma crescente pressão para que as mulheres saiam do mercado de trabalho como forma de diminuir as taxas de desemprego. Entre os mecanismos utilizados está a oferta dos salários mais baixos para as mulheres, a imposição do corte aos serviços públicos que resultam tanto no maior desemprego de mulheres (que são a maioria no setor público) como em mais tarefas de cuidados assumidas por elas sem custos para o Estado ou para o setor privado.

O controle do corpo das mulheres é mais complexo hoje, quando imagens opostas do corpo, coberto por uma burca ou do corpo nu podem ter o mesmo sentido opressor. É o “corpo para si” ou o corpo para o desejo do outro, geralmente o “outro” masculino? Ou quando o discurso feminista sobre a autonomia das mulheres – traduzido no lema histórico “meu corpo me pertence” – é cooptado pelo sistema e convertido em “meu corpo é meu negócio” (“my body is my business”), em uma clara transformação do corpo em coisa, em objeto que pode ser comercializado. Além disso, o aumento da influência das instituições religiosas, sejam elas católicas, evangélicas ou islâmicas, na regulamentação da vida pública está produzindo a não aprovação ou o retrocesso nos direitos relacionados à autonomia das mulheres, à sua vida afetiva e reprodutiva.

Ao mesmo tempo, em alguns países, graças à luta dos movimentos LGBT, legaliza-se o casamento de casais do mesmo sexo, se estabelecem direitos de adoção, de herança, etc., mas com enfrentamento de uma forte resistência dos setores conservadores que aumentam a agressividade contra lésbicas, gays e trans. Por exemplo, na França, os setores religiosos conservadores organizam várias manifestações contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e contra adoção por casais homossexuais. Mais recentemente, na Nigéria, foi apresentada uma lei condenando a homossexualidade como se fosse um crime.

d) A militarização, a criminalização e a violência

Em sua análise da fase imperialista do capital no começo do século XX, Rosa Luxemburgo aponta que o complexo industrial-militar é, em princípio, capaz de expansão infinita, já que é o próprio capital que controla o ritmo de sua produção por meio de ações legislativas ou pelos meios de comunicação, manipulando a chamada opinião pública¹⁵. Passado um século de guerras tirando vidas e esforços de reconstrução, o capital em crise estrutural e com produção descendente é ainda mais inseparável de um aumento constante da indústria armamentista associada a uma expansão militarista.

As vendas da indústria de armas em 2011 foram de 410 bilhões de dólares, cerca de 60% dos quais foram para 44 empresas com sede nos Estados Unidos e 29% por 30 empresas com sede na Europa Ocidental. Frente a uma pequena redução nas vendas, as empresas já iniciam estraté-

14 Silvia Frederici: Calibán y la bruja, Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Traficantes del sueño, 2011. Disponível em espanhol em: http://www.traficantes.net/index.php/content/download/24695/236104/file/Caliban_y_la_bruja.pdf

15 Rosa de Luxemburgo: The Accumulation of Capital. Londres, Routledge, 1963, p.466.





gias de deslocamento para a América Latina, Oriente Médio e Ásia e para adentrar o mercado de cibersegurança (cybersecurity)¹⁶. Ou seja, são desenvolvidas tecnologias de controle da sociedade com a ilusão de maior segurança. O militarismo não se reduz à sua dimensão econômica, mas se estende à imposição de valores militares (crença na hierarquia, obediência, resolução de conflitos pela força) a toda a sociedade. Esses valores são claramente patriarcais e suas expressões mais agudas são a utilização da violência sexual ou o crescimento da prostituição, inclusive de crianças, associadas à presença militar.

O controle da sociedade também se manifesta pelo aumento da criminalização das lutas sociais, traduzido muitas vezes na distorção dos instrumentos que criamos em defesa da justiça, memória e respeito aos direitos. Exemplos disto são as reações dos militares de Guatemala em resposta ao julgamento do ditador Ríos Montt, responsável pelo genocídio e pela violência sexual contra o povo Ixil. Eles têm acusado ativistas históricas de “terroristas”, seja por vias judiciais, seja incitando parte da população contra elas, em um processo de negação da defesa dos direitos humanos.

Contra as mulheres, soma-se a violência patriarcal. Sabemos que a violência contra as mulheres é uma ferramenta de controle de nossas vidas e nossos corpos. Esta violência tem ganhado visibilidade no último período, sobretudo a violência sexual cometida no espaço público, e tem mobilizado a reação das mulheres e também os homens. Os últimos anos foram marcados por imagens da polícia egípcia arrastando uma ativista e pelo relato de estupro coletivo seguido de morte de uma jovem índia. Nestes casos, os grandes veículos de comunicação hegemônicos apresentam explicações culturalistas e com muito pouca reflexão sobre as causas estruturais desta violência. Nas poucas análises compartilhadas sobre o tema¹⁷, se falou de como a conquista das mulheres de maior espaço na vida pública com um enorme esforço pessoal e coletivo provoca uma reação da ordem patriarcal extremamente violenta. Apesar do desemprego das mulheres ser ainda maior que o dos homens na maior parte do mundo, as mulheres ainda são acusadas de “roubar” o emprego dos homens da mesma maneira como no início da revolução industrial.

Despolitização e controle da informação

A violenta ofensiva do sistema para reposicionar e aumentar sua acumulação se complementa com o esvaziamento dos espaços de negociação política. Já não é necessário que o Fundo Monetário Internacional (FMI) venha com suas missões aos países para impor aos governantes suas políticas; agora são seus antigos dirigentes (do Banco Mundial, do Banco Central Europeu), que ocupam os cargos executivos, criando a figura do ditador tecnocrata. As corporações transnacionais controlam as Nações Unidas e impõem suas agendas e termos de negociação para conferir um verniz de legitimidade a suas falsas soluções. Enquanto o capitalismo individualiza e fragmenta, as religiões são apresentadas como capazes de criar solidariedade. Com esta retórica, as instituições religiosas também se legitimam como instituições supostamente democráticas, impondo suas visões particularizadas a todas as pessoas, como é o caso da Igreja Católica, que impõe

¹⁶ http://www.sipri.org/research/armaments/production/researchissues/long-term_trends

¹⁷ Vandana Shiva: The connection between global economic policy and violence against women. Disponível em inglês em: <http://www.forum.awid.org/forum12/2013/01/violent-economic-reforms-and-the-growing-violence-against-women/>





a criminalização do aborto a inúmeros Estados, ou governos de caráter islâmico, que propõem a sharia (a lei islâmica) como base para Constituições de Estados.

Mais uma vez, algumas feministas e demandas de grupos de mulheres são utilizadas e distorcidas pelos que detêm o poder para promover uma agenda contrária às reivindicações das mulheres, o que enfraquece nossas estratégias. Por exemplo, o discurso em torno da conciliação entre trabalho e cuidado da família é dirigido especialmente às mulheres e é utilizado para empurrá-las a aceitar a redução de horas de trabalho remuneradas e, ao mesmo tempo, fazer retroceder nossa luta pela superação da divisão sexual do trabalho.

É importante também criticar atitudes de alguns movimentos sociais que incrementam a subordinação das mulheres. Por exemplo: ações que reforçam a coisificação dos corpos das mulheres, fazem homenagens a Margaret Thatcher, conhecida como neoliberal e fascista, acessam recursos da Fundação Bill Gates e outros similares, reconhecidos por financiar atividades anti-sindicalistas, ou apoiam posições racistas disfarçadas de ações de libertação das mulheres.

A ofensiva do sistema conta ainda com o reforço dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e jornais de grande circulação), controlados atualmente por cinco conglomerados mundiais ou, em nível nacional, por algumas famílias. Por meio do controle do que e como se divulga e do que se mantém oculto, os mesmos cumprem um papel decisivo na formação da opinião pública em direção à aceitação de ideias e valores conservadores ou de políticas de austeridade, por exemplo, e da criminalização dos movimentos sociais. Neste cenário, são reprimidos os que tentam disputar as ideias (através das rádios comunitárias ou blogs) e há cada vez mais iniciativas de controle sobre a infraestrutura e os fluxos de informação no espaço da Internet (dos correios eletrônicos às redes sociais).

Nossas reações diante da ofensiva do capitalismo

Frente ao aumento da militarização e do controle dos territórios, dos direitos e do corpo das mulheres existe um grande número de lutas de resistência coletiva. Vimos isso, por exemplo, nos temas trabalhados pelas várias Coordenações Nacionais nas 24 Horas de Ação Feminista pelo Mundo, em 10 de dezembro de 2012: defesa dos territórios e da maneira de viver nas comunidades; defesa do direito ao aborto e da saúde pública; o enfrentamento da violência contra as mulheres.

A defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos tem se transformado em outras formas de luta como resposta ao sistema em sua totalidade. As greves de trabalhadoras e trabalhadores como nas áreas de mineração da Tunísia, ou das operárias têxteis de Mahala al Kubra, no Egito, foram o prenúncio das insurreições populares da chamada “Primavera Árabe”. Nós mulheres recuperamos nossos territórios: desafiamos as proibições dos jihadistas no norte do Mali e fomos vender frutas e legumes, desafiamos a polícia do primeiro ministro Erdogan na Turquia em uma luta que começou com mães e professoras protestando contra a transformação de um parque em Istambul em um shopping, construído com estilo de quartel otomano. Protesto esse que se amplia ao território corpo: muitas mulheres denunciam que a nova lei do aborto é um sinal da política de Erdogan, que recomenda às mulheres turcas terem três filhos.





Nós mulheres estamos liderando resistências pacíficas contra as companhias mineradoras em diferentes territórios do mundo, enfrentando a polícia em manifestações e ataques constantes à nossa organização e às nossas denúncias. Nós mulheres estamos construindo e visibilizando as formas cotidianas de resistência. Estamos propondo mudanças constitucionais e contribuindo aos processos de paz. Estamos desenvolvendo nossos próprios meios de comunicação – incluindo aqueles considerados não convencionais, como as “batucadas” e o teatro do oprimido - e construindo nossos conteúdos e informações sobre a realidade¹⁸.

Todas estas ações de resistência e construção de alternativas se baseiam em uma análise dos sistemas de opressão e dos efeitos que os mesmos têm sobre nossas vidas. A seguir propomos questões que podem estimular o debate entre todas e ajudar nas intervenções que as delegadas nacionais farão durante o Encontro Internacional. Aquelas Coordenações Nacionais que por alguma razão não puderem participar do Encontro, se desejarem, podem nos enviar suas contribuições por escrito até 31 de julho.

1) Na MMM buscamos evidenciar as causas da injustiça e da opressão que as mulheres enfrentam em um mundo estruturado pelo patriarcado e pelo capitalismo. O racismo e o colonialismo também são sistemas que estruturam a opressão dos povos originários e de pessoas não-brancas, naturalizando o acaparamento de suas terras, a super-exploração do trabalho, reforçando o preconceito e as agressões. Como avançar em nossa análise das interconexões entre o patriarcado, o capitalismo, o racismo e o colonialismo? Que consequências esses elementos trazem na definição de nossas demandas e ações?

2) Como o processo de acaparamento se apresenta nos territórios em que vivemos e que lutas precisamos fazer para fortalecer o controle das mulheres sobre seus territórios e acabar com essa forma de expropriação?

3) A luta pela igualdade passa necessariamente pelo questionamento à divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres. Como fazer esse debate sem cair na armadilha de estabelecer mecanismos que terminem por consolidar as responsabilidades domésticas e de cuidados exclusivamente sobre as mulheres?

4) Por décadas, os avanços tecnológicos (por exemplo, a mecanização no campo, de processos produtivos na indústria ou a adoção do computador pessoal), foram vendidos com a promessa de mais tempo livre para as e os trabalhadores. Mas o resultado de tais avanços foi mais lucro para os proprietários dos meios de produção e a intensificação da exploração (com uma única trabalhadora assumindo tarefas antes realizadas por mais de uma trabalhadora). Quais são as propostas que nós mulheres temos para construir formas alternativas de organizar o tempo, distintas da lógica do sistema capitalista?

18 O debate sobre comunicação feito no âmbito do Comitê Internacional da MMM em 2011 está disponível em espanhol: <http://www.marchemondiale.org/structure/8rencontre/communication/es>



5) Percebemos o avanço das corporações transnacionais em todas as dimensões da economia, mas também na construção de subjetividades e na captura dos espaços políticos, que passam a operar para favorecer seus interesses. É possível identificar uma maior presença das transnacionais em seu país ou região? Em torno de quais setores da economia e com quais efeitos na vida das mulheres? A Coordenação Nacional da MMM participa de ações concretas sobre as transnacionais?

6) Frente ao que foi exposto, vemos que o feminismo, como teoria, prática e movimento organizado, se transformou em alvo a ser atacado pelo sistema capitalista e patriarcal, que tenta banalizar, fragmentar e ressignificar o feminismo de forma superficial. Esse processo se passa em sua luta local? Como?

7) Em nossa ação em 2000, denunciávamos a circulação monetária global sem restrições e cada vez mais desvinculada da economia real, nos somando à reivindicação de taxa sobre as transações financeiras (tais como a Taxa Tobin), sobre as grandes riquezas e pelo fim dos paraísos fiscais. Em 2005, com a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, apresentamos a nossa visão de como deveria ser organizado o mundo alternativo ao capitalismo. Em 2010, nos mobilizamos para denunciar o aumento da violência contra as mulheres através da militarização e da repressão armada ou judicial aos movimentos organizados, assim como da persistência da violência doméstica. Que lutas (temas e tipos de ação) devemos fazer na ação de 2015 para enfrentar estes novos mecanismos de controle do corpo, do tempo e vida das mulheres?

8) A solidariedade internacional é um componente forte de nossa construção como movimento internacional. Como podemos tornar nossas ações de solidariedade mais efetivas, seja em relação às mulheres de países que vivem em conflito (como Palestina, Sahara Ocidental, República Democrática do Congo, Mali, República Centro Africana, entre outros), seja em países onde se busca garantir direitos?

9) A comunicação é parte fundamental da nossa mobilização e de nossa organização, nos permite fazer o debate de idéias entre nós e diretamente com a sociedade e aumentas nossas forças. Como sua Coordenação Nacional trabalha a produção de discursos e comunicação próprias (boletins, páginas na internet, listas de comunicação, audiovisuais)? A luta pela democratização dos meios de comunicação é parte da agenda da sua Coordenação Nacional?







www.sof.org.br/marchamulheres
marchamulheres@sof.org.br
[@marchamulheres](https://www.instagram.com/marchamulheres)
[facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil](https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil)

